



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2015

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 10h00 horas

PRESENCAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Junta de Freguesia de Bordonhos

FALTAS: André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) por motivos profissionais.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia.

2 - Período de Intervenção do Público.

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

- 3.1** - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;
- 3.2** – Análise do “Relatório de Acompanhamento do PAEL respeitante ao 1.º trimestre de 2015”;
- 3.3** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de S. Pedro do Sul”;
- 3.4** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração à Tabela de Taxas Municipais”;
- 3.5** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Exposição da Termalístur sobre constituição de penhor sobre estabelecimento”;
- 3.6** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Orçamento Participativo – Designação do Coordenador da Equipa Técnica Multidisciplinar”;
- 3.7** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de adesão à Agimpura – Agência de Impulso Regional”;
- 3.8** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Prestação de Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2014”;

Correspondência recebida:

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 7015 datado de 18.06.2015 referente a “Sessão Ordinária do mês de junho de 2015”.

Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de abril e maio de 2015;
- “Ecos da Gravia” referente aos meses de abril e maio de 2015;
- Jornal “Associação”, referente ao mês de maio de 2015.

Ofícios:

- De Acin icloud solutions, datado de 03.06.2015, referente a “Plataforma de Contratação Pública acinGov”;
- Da ANMP, datado de 26.05.2015, referente a “Envio de Publicação”.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mails:

- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 11.05.2015, referente a “Tempo de espera excessivo pela primeira consulta de especialidade no Hospital de São Teotónio”;
- Da Freguesia de Pindelo dos Milagres, datado de 18.06.2015, referente a “Pedido de substituição na sessão da Assembleia Municipal”.

Convites:

- Do Centro Cultural Casa do Povo de Santa Cruz da Trapa para I Feira do Livro;
- Da Misericórdia de Santo António para Festa de Santo António.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, começando por dar a palavra ao Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD): “Bom dia a todos. Quero, primeiramente, cumprimentar o senhor presidente da Assembleia e respetiva mesa, o senhor presidente da Câmara e vereadores, os senhores deputados, comunicação social e público aqui presente. Eu gostava de salientar algumas especificidades da nossa freguesia. A primeira, talvez, é a proximidade que tem com a sede de concelho, o que provocou um desenvolvimento urbanístico bastante acentuado: fixaram-se aqui pessoas que não eram de cá, crescendo inclusive a população a partir dos censos de 2011. Mas, para isso, nós precisamos urgentemente da revisão do PDM, que é um documento importante para a nossa freguesia, uma vez que as solicitações de novos terrenos para construção são muito grandes e estamos limitados a muito poucos, provocando uma certa especulação imobiliária por parte das pessoas na aquisição dos terrenos. Uma outra situação que eu considero igualmente importante salientar é o facto da Zona Industrial se situar em Bordonhos e estar um pouco abandonada, estando na altura de fazermos alguma coisa, nomeadamente tentarmos melhorar os passeios e darmos uma solução aqueles terrenos que foram comprados e que entretanto foram abandonados – abandonados entre aspas – pelas pessoas: não apenas limita a venda como igualmente parece muito mal. Penso que o executivo já está a tentar encontrar uma solução, não sei se comprar novos terrenos, se expropriar aqueles... Gostava que a limpeza e a manutenção na parte da Zona Industrial fosse mais assídua, porque, na minha Junta de Freguesia, não tenho capacidade de fazer a limpeza na freguesia toda e a nossa verba é muito limitada. O terceiro ponto são as pessoas. As pessoas de Bordonhos acho que são pessoas muito dinâmicas, inteligentes, pessoas capazes, que sempre o demonstram nas atividades que desenvolvem. Dizem que aqui as atividades giram muito em torno do S. João, mas, na realidade, o S. João imprime muito dinamismo nesta freguesia. Nós, durante o ano, temos atividades de vária ordem, que são atividades que cativam muito as pessoas. E, as pessoas, pela sua inteligência e pela sua perspicácia, acho que, ao longo dos tempos e em todos os executivos, têm sabido gerir da melhor maneira os destinos da freguesia. Mas para fixarmos as pessoas na nossa freguesia,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apesar do muito crescimento tido, é preciso também de alguma obra. E essa obra já é conhecida do executivo municipal, pois eu tenho alertado para algumas situações que têm sido bem aceites pelo executivo e, inclusive, acho que existe algum compromisso – compromisso entre aspas – na sua resolução: trata-se da estrada a ligar Figueirosa à Avicasal, que já falamos do seu alcatroamento; a estrada de S. Tiago, que vem da rotunda do Alto Barro até quase Figueirosa, porque é importante para dinamizar a construção naquela zona, apesar de não servir diretamente muitos habitantes; e por fim a construção de um pequeno ringue desportivo, porque não existe nada parecido na freguesia e que fosse polivalente para várias atividades desportivas. E existe a questão do saneamento, que é uma infraestrutura importante e inexistente na nossa freguesia. Se existem algumas ruas que já têm a pré instalação, na parte de Bordonhos está a ser elaborado ou já está em fase de conclusão o projeto, esperando que seja para breve entregue e candidatado para ser entregue e entrar em fase de execução o mais breve possível, porque é urgente, sobretudo na Zona Industrial. Depois temos outro problema, que é o problema da escassez de água na nossa freguesia, que se agravou na semana passada. Todos os anos, nesta época, o problema se repete. Durante o inverno há água e não se liga nada, no verão a água falta e mandamos os bombeiros passarem a água. E isso não é solução nenhuma. Temos que arranjar uma solução definitiva para o abastecimento de águas a Bordonhos e isso devia ser feito o mais rapidamente possível. Nada mais de especial tenho a declarar, esperando apenas que as relações entre o executivo camarário e a Junta de Freguesia de Bordonhos continuem profícuas como tem sido até aqui; e eu não fico chateado que o executivo fique bem na fotografia por fazer muitas obras em Bordonhos, porque em primeiro lugar eu sou de Bordonhos e só depois sou de qualquer partido político e vocês que me conhecem sabem bem disso: defendo, luto e sou militante de um partido político que me elegeu e tenho as minhas convicções políticas, mas aqui a política deve ser posta de parte e, muitas das vezes, dou tudo de mim e até dinheiro do meu bolso e só não faço mais por esta freguesia se não puder. E por isso precisava da vossa ajuda, porque Bordonhos merece.” Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal permitiu que ele respondesse a algumas questões muito concretas sobre a intervenção anterior. Assim, o Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer ao executivo da Junta de Freguesia de Bordonhos a magnífica receção nas suas instalações e manifestou a sua concordância com praticamente tudo aquilo que o autarca de Bordonhos referiu. Na questão do saneamento, contudo, informou que foi já apresentada a candidatura em alta desde o Alto Barro até S. Pedro do Sul e que agora o executivo camarário se virou para uma candidatura que abrange todo o saneamento da freguesia de Bordonhos: “porque é uma das freguesias que nós queremos contemplar, uma vez que, a partir do momento que temos a conduta em alta, queremos juntar as redes em baixa a essa conduta em alta.”. Depois, sobre o Parque Industrial, dá igual razão ao proferido, considerando: “aquilo não é bem um Parque Industrial, porque tem mais mato do que empresas. E isso é uma sequência que vem do passado e que nós estamos a tentar corrigir.” Reforça que este executivo já iniciou obras e concertos em passeios, em conjunto e com o apoio das próprias empresas. Em seguida, encarou o abastecimento de águas à freguesia como um problema e evocou uma troca de impressões com o senhor vereador do pelouro competente: “é um problema que vamos ter em Bordonhos e, infelizmente, vamos ter aí por muitos outros sítios, porque estamos em junho e já andamos a fazer transporte de água com os carros de bombeiros para abastecer os respetivos depósitos.”. E



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concluiu dizendo que o problema da água é mais difícil de ultrapassar, que há pouco tempo foi feito um furo em Bordonhos que correu mal e que estão a negociar a realização de outro, lamentando-se não poder ter, de momento, condições para resolver o problema da água: “é um problema que temos e do qual não vamos fugir.”. E no que diz respeito às outras pequenas obras, manifesta que as autarquias têm conversado sobre a sua realização: “o problema das outras obras não é apenas de Bordonhos, é um problema de todo o concelho, em que nós, dentro das nossas possibilidades, vamos tentando acudir aquilo que nós entendemos ser o mais prioritário.”. Evocou, depois, a obra de requalificação dos dois cemitérios, salientando que, apesar de esse ser um equipamento gerido pela Junta de Freguesia, que vende as campas e recebe o dinheiro, foi a Câmara Municipal que investiu as verbas na sua pintura e em todas as suas outras melhorias, de forma que concordou com o trabalho em conjunto que estão a levar a cabo. Congratulou-se novamente pela forma justa e correta com que o senhor presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos interveio, que foi ao arrepio da costumeira forma: “já foram referidas situações de obras realizadas por outros, que foram apresentadas como tendo sido obras deles.”. Reforçou o trabalho em conjunto, esperando que se sustente no futuro e sem questões políticas pelo meio. Deixou ainda uma intenção: “o problema de Bordonhos é o problema das outras freguesias e, por vezes, é difícil acudirmos a todos e fazermos tudo o que nós queremos. Tomáramos nós poder fazer mais.” O Presidente da Assembleia Municipal, continuando, colocou à consideração dos deputados municipais o conteúdo da ata da sessão da Assembleia Municipal do dia vinte e cinco de abril de dois mil e quinze, cuja levantou a seguinte intervenção: O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) proferiu o seguinte reparo à última ata, folhas setenta e um: “numa intervenção que eu fiz, a propósito da Loja do Cidadão, é feito este tipo de consideração: lançando um manto de dúvidas em relação ao sucesso da instalação de um equipamento similar no concelho. Ora bem, eu presumo que não utilizei esta expressão. Presumo, também, que quem faz essas atas, não é absolutamente isento – assumo isso. Mas, sempre que possível, é de evitar esse tipo de qualificações. Mas também devo referir que, de um modo geral, as atas são muito bem elaboradas, portanto está de parabéns quem as faz, a não ser este pequeno reparo.”. O Presidente da Assembleia Municipal interveio para reforçar que as atas são muito bem feitas, que são o mais fieis e detalhistas possível, feitas por um funcionário da Câmara Municipal e, depois, vistas pelos secretários da mesa, não subsistindo qualquer tipo de parcialidade. E perguntou ao senhor deputado Mário Almeida se queria sugerir alguma alteração, com o mesmo a sugerir que se retirasse da ata a expressão “lançando um manto de dúvidas em relação ao sucesso da instalação de um equipamento similar no concelho”, mantendo-se o restante da frase. Voltou a perguntar se havia mais alguma alteração à ata. Não se verificando mais considerações, colocou a ata a votação com a pequena alteração sugerida: “o corte de uma parte de uma frase.”. A ata foi aprovada por maioria com a correção sugerida. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) começou por se referir à visita ao concelho do senhor António Sampaio da Nóvoa, candidato a Presidente da República, tecendo alguns comentários e solicitando alguns esclarecimentos. Primeiro, sobre a receção que lhe foi feita no Salão Nobre dos Paços do Concelho, manifestou-se da seguinte forma: “o ato, tendo sido público, não foi oficial, nem consta que os autarcas dos diversos órgãos tenham sido convidados e nem os representantes das instituições concelhias. E, assim, perguntava ao senhor presidente: quem é que foi convidado para assistir a essa sessão,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para além dos militantes do Partido Socialista?”. Depois continuou tecendo mais algumas considerações: “O Salão Nobre, como o nome indica, deve ser utilizado para atos solenes, receções oficiais... E não há memória que, até à data da visita do candidato Sampaio da Nóvoa a S. Pedro do Sul, o Salão Nobre tenha sido utilizado para situações partidárias. Abriu-se um precedente grave, na nossa opinião, pois, a partir deste momento, o senhor presidente da Câmara fica obrigado a receber todo e qualquer candidato que manifeste a sua vontade em visitar S. Pedro do Sul, seja ele credível ou não.”. Ainda, sobre a mesma visita, a Deputada Municipal menciona o seguinte: “consta que o senhor presidente terá usado a viatura do município para acompanhar o candidato Sampaio da Nóvoa no concelho. Mais uma vez, a confirmar-se esta situação, estamos perante uma utilização indevida da viatura do município, na medida em que, o senhor presidente terá usado essa viatura num evento partidário. Assim, solicitamos ao senhor presidente da Câmara que nos esclareça sobre esta questão.”. Em seguida, introduz outro assunto, que se relaciona com o alegado mau ambiente que caracteriza as reuniões públicas do executivo camarário, dizendo o seguinte: “Na última reunião, por exemplo, baixou-se o nível para situações reprováveis, ao não se dar o uso da palavra a um dos vereadores na discussão de um ponto de interesse, que tinha a ver com a questão da edificação da sede da Junta de Freguesia de Valadares.”. Concorda que quem lidera a reunião é o senhor presidente da Câmara, mas adiantando que o elenco camarário é composto por sete vereadores e não por quatro, todos com a legitimidade que lhes foi conferida com o voto eleitoral: “por isso, senhor presidente, cada vez que não respeita os vereadores, designadamente os da oposição, está a desrespeitar os sampedrenses que neles votaram, situação que reputamos de grave.”. Continua com mais apreciações e sugere a criação de um clima de trabalho mais aceitável, com o respeito pelas normais diferenças de opinião, sem insultos de índole pessoal e sem a retirada da palavra a quem tem toda a legitimidade para a usar enquanto vereador eleito por parte significativa da população. E termina dizendo que, através de uma outra postura nas reuniões do executivo, a democracia sairia mais reforçada e os sampedrenses mais respeitados: “acabemos, pois, senhor presidente, com o espetáculo triste a que temos vindo a assistir, que dá o mote a notícias na comunicação social, que dão uma imagem degradante do poder autárquico, situação que importa inverter a bem da democracia, a bem da dignificação dos órgãos autárquicos e do respeito institucional que a todos é devido.”. O Deputado Municipal António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) fez a seguinte intervenção: O primeiro é um elogio ao passeio convívio sénior, realizado a dezassete deste mês: “em nome dos executivos liderados pelo Partido Socialista e dos fregueses participantes no passeio convívio sénior, felicitamos o executivo camarário, e em especial a pessoa do seu presidente, pela forma como se dedicou à causa, felicitando também aqueles funcionários da Câmara Municipal que apoiaram e participaram naquele evento, garantindo o êxito alcançado, tanto na organização como na forma como decorreu todo o convívio.”. Refere os vários testemunhos manifestados, que exprimiam a alegria e contentamento pelo sucesso da iniciativa, confidenciando que outras ações do género deviam surgir. E termina pedindo que o PSD e os independentes entendam a razão porque os não associou a esses considerandos, explicando que desconhece as suas posições e que não se encontra mandatado para as emitir. Depois, de acordo com o segundo assunto, que se prende com a estrada Serrazes – Termas, declara que, há muitos anos, muitos executivos demonstraram intenção de retificar a dita estrada municipal, mas que nenhum executivo teve coragem de pôr



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mãos à obra: “Este executivo, que V.^a Ex.^a preside, arregaçou as mangas e deu início a esta obra por tantos desejada.”. E deixa, em seu nome e no nome dos munícipes, o seu manifesto de satisfação, dizendo que foram ultrapassadas as melhores expectativas previstas, solicitando e agradecendo a seguinte informação: “qual o custo desta obra e como vai ser feito o asfaltamento e as respetivas valetas?”. Por fim, tratando do terceiro ponto, que tem a ver com a sinalética no lugar de Lourosa, refere que, no sentido S. Pedro do Sul – Santa Cruz da Trapa, na rotunda de S. Mamede, existe uma povoação à direita, que é Lourosa da Trapa. Contudo, quem não a conhece não a identifica, porque se verifica a inexistência de uma sinalética a indicar a dita povoação, havendo apenas uma placa em sentido inverso. Depois evoca a obra da estrada Landeira – Candal – Arouca, informando que lá colocaram uma coluna sinalética a assinalar o sentido da Serra da Freita, Landeira, Candal e Arouca, colocando de seguida outra a assinalar Agroturismo Recantos da Montanha Candal, mas não colocaram nenhuma a indicar Lourosa da Trapa. Assim, solicita aos senhores presidentes da Câmara Municipal e União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões: “que fosse corrigida esta falha, pois, ainda em dois mil e catorze, um rancho folclórico que ia participar no festival da associação “A Tileira”, mesmo junto à referida rotunda me perguntou qual o caminho para Lourosa, e ela estava logo ao lado direito.”.A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes Almeida (PSD) interveio para dizer que o fazia aproximadamente um ano após a aprovação de uma moção, por maioria, na Assembleia Municipal que decorreu na União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, sobre o centro histórico de S. Pedro do Sul, e para reforçar o seguinte: “Para além deste órgão não ter respeitado a decisão que foi tomada, uma vez que, até à data, ainda não foram tomadas quaisquer medidas, urge saber o ponto de situação e, infelizmente, é difícil para todos nós, sampedrenses, verificar que restam, neste vasto espaço nobre da nossa sede de concelho, meia dúzia de pequenos comerciantes.”. E aproveitou para lembrar que, há dois anos, os comerciantes apresentaram um conjunto de sugestões por escrito e nunca tiveram resposta, acrescentando que é preciso ter uma mais ampla e sustentável visão de futuro para o nosso concelho. Termina, enfim, com uma pergunta e um comentário: “O que efetivamente se pretende do centro histórico, senhor presidente? De nada nos vale o bonito pavimento, quando se perdeu a alma do centro histórico. Volto a referir após um ano: é necessário fazer uma avaliação conjunta da situação, urge tomar medidas efetivas de apoio ao comércio local, situação que os concelhos vizinhos há muito entenderam fazer e com sucesso.”.O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a seguinte intervenção: “Formalmente, teve ontem lugar a inauguração da nova rua ligando a rotunda do Largo da Feira Nova à nova rotunda da EN 227 e a que foi dado - e muito bem! – o nome de Avenida da Liberdade. Esta homenagem ao 25 de abril só pecou por tardia, mas, finalmente foi honrado, na nossa toponímia, um dos principais lemas e objetivos da revolução de 1974. Comentadores da nossa praça, que à falta de tema gostam de passar o tempo a zurzir contra tudo o que mexe, também sobre esta obra disseram “cobras e lagartos”. Pois, eu, desde o primeiro momento elogiei a iniciativa, por todo o bem que ela constituía e pelo histórico que carregava. E as evidências estão aí, como se vê pela sua utilidade. Uns quantos queixaram-se do atraso da execução. A mim não admiraram esses atrasos, especialmente se verificados no inverno, quando os dias são curtos, frios e chuvosos, circunstâncias que entravam qualquer obra a céu aberto. Contudo, os atrasos não deixam de ter as suas virtualidades, pois permitem a consolidação de trabalhos e estruturas, nomeadamente



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos aterros. Veja-se o que se passa com a “bela variante” em que os defeitos frequentemente se revelam, dadas as pressas da sua construção em ano eleitoral. Mas se na Avenida da Liberdade houve atrasos justificados, outros não o foram. Para estes, a Câmara Municipal decidiu aplicar coima ao empreiteiro. E qual foi a posição dos vereadores do PSD? Estranhamente, depois de o mesmo PSD ter andado a questionar os atrasos de execução, como compreender a sua abstenção sobre a aplicação da coima? O mais importante é que a obra está concluída e não teve acréscimo de custos, apesar de, já à partida, ser uma obra barata para o município. Assim, a decoração da nova rotunda, em homenagem merecida a David Almeida, num exercício artístico simples mas excelente, não implicou custos para o município, tendo a Câmara Municipal sabido obter financiamento para a mesma, ao invés de outras intervenções rotundísticas, em que o erário público teve de arcar com largas dezenas de milhares de euros. Expressamos aqui os nossos parabéns à Câmara Municipal, até pela mudança de paradigma na gestão, não ficando à espera de 2017, ano de novas eleições, para aí concentrar realizações.”.O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) fez a seguinte intervenção: “vem na sequência da minha intervenção na última sessão da Assembleia Municipal e queria perguntar sobre as evidências documentais da providência cautelar que ainda não me chegaram às mãos e que eu tinha pedido.”.O Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD) usou da palavra e começou por cumprimentar os colegas autarcas, elogiando em seguida Bordonhos e historiando todo o processo que levou à inauguração das novas instalações onde decorre esta sessão, tecendo algumas apreciações em torno da construção e da arquitetura do edifício e agradecendo o apoio e o papel da Câmara Municipal e dos seus funcionários no desenvolvimento da obra: “muita parte da obra foi feita pelos funcionários municipais e a Câmara custeou muito do património que aqui está, porquanto o subsídio era relativamente baixo – vinte e cinco mil euros, diz o senhor presidente da Junta.”. Depois, traz à liça outro assunto, que se prende com os fogos florestais e com a limpeza do mato e dos caminhos florestais, perguntando: “o que tem sido feito na prevenção dos incêndios florestais?”. E acrescenta: “Nós temos, a nível do município, uma rede de caminhos florestais muito grande e eu, que trabalho nas florestas, verifico que há muitos troços de caminhos abandonados e intransitáveis. Portanto, pergunto ao senhor presidente da Câmara: o que é que está a ser feito?”. Continua e, recorrendo à sua experiência profissional, refere que um equipamento muito importante para a manutenção dos caminhos florestais é uma motoniveladora, apetrecho que a Câmara devia ter unicamente dedicado a esse serviço: “sei que havia uma motoniveladora velha, não sei se ainda está a funcionar, mas, se calhar, conforme há possibilidade de fazer outros investimentos, compensava comprar uma motoniveladora e dedicá-la apenas à prevenção dos incêndios florestais.”. Passa, seguidamente, a um outro aspeto, que tem sido alvo de outras intervenções, tratando-se, da por si apelidada, “variante do Sporting”: “Na realidade, aquele troço, que agora chamaram Avenida da Liberdade, é uma perspetiva que não é nova e como tal foi aberta e muito bem. No entanto, eu questionei já em sessões anteriores que, segundo o meu ponto de vista, ela deveria ser um pouco mais comprida, um pouco melhorada até ao troço do cruzamento para Pouves. E aí tinha justificação a tal rotunda, onde está agora o monumento ao David de Almeida. Aquele entroncamento da Nacional 227 com aquele troço, só para quem conduz viaturas grandes, e vai para baixo, continuando na chamada “Bela Avenida”, é que percebe o colapso daquela entrada, portanto, sem que ficasse tão dispendioso o alargamento da EN227 até ao cruzamento para Pouves, aquela rotunda já tinha



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

justificação técnica, pois assim o encontro está muito mal acabado.”. Outro pormenor abordado, sobre a dita nova avenida, prende-se com o nome atribuído: “Deram-lhe o nome de Avenida da Liberdade, quando na realidade aquilo é a continuação da Avenida Sá Carneiro. Se calhar é porque o Sá Carneiro era do PSD, mas pronto... Achava que ficava mais justo e mais coerente, se ficasse aquele troço com o nome de Jaime Gralheiro, dado que parte dos terrenos onde ela está instalada era propriedade dele... A casa dele em frente... E foi uma pessoa ilustre da nossa atualidade, do nosso município e a nível nacional e não só.”. Terminando com o outro tópico do mesmo assunto, em relação ao monumento a David de Almeida, erigido na nova rotunda da Avenida da Liberdade, solicita o seguinte esclarecimento: “já agora gostava que o senhor presidente comunicasse a todos nós e aos sampedrenses em particular, porque não há almoços grátis, quem é que paga afinal aquela obra?”. O Deputado Municipal José Baltazar Cardoso Correia (PS), dirigiu a sua intervenção para um pedido de esclarecimentos em relação à recente aquisição, por parte da Câmara Municipal, dos terrenos do Castro do Banho, que se localizam na freguesia de Serrazes, mais concretamente no lugar de Ferreiros: “Eu gostava de saber o que se pretende fazer e para quando é que se vai fazer alguma coisa, nomeadamente e principalmente no castro de Serrazes, que, como devem calcular, me interessa particularmente.”. E, depois, ainda acrescenta que os castros do concelho são pontos de atração turística e que: “quando se passa a vida a falar no centro histórico de S. Pedro do Sul, esquece-se que também há história e outras coisas de valor nas outras freguesias que precisam de ser trabalhadas.”. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) interveio sobre a revisão do PDM que se encontra em curso. Assim, aproveitando a dita revisão, considera urgente corrigir alguns erros existentes no nosso território: “Um deles tem a ver com o regime florestal: os baldios são de um lado, o regime florestal vem até ao meio da povoação. E seria de bom tom que a Câmara Municipal, junto dos Conselhos Diretivos dos Baldios e das Juntas de Freguesia que administram baldios, promovesse alguma colaboração, no sentido de se levantarem as extremas dos baldios e, igualmente, todos em conjunto analisarem quais as parcelas desses baldios que devem ficar ou não submetidas a regime florestal, porque ter o regime florestal implica ter o ICNF à perna, acontecendo no passado situações que levaram à não aprovação de projetos e candidaturas importantíssimas para o concelho, por causa dessa situação.”. Depois levanta um seu outro assunto recorrente, que tem a ver com a CAOP: “É preciso voltar a pegar na CAOP. O senhor presidente da Câmara, em tempos, fez parte da comissão e sabe que esse trabalho está feito, sabe dos problemas que existem em todo o concelho relativamente a essa matéria.”. E evoca dois exemplos: “A Junta de Freguesia, preparando a matéria da transição da água, fez o registo das nascentes que nascem na área do baldio da freguesia de Carvalhais e algumas delas caíam fora, com várias a estarem localizadas nos serviços competentes da APA: na Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa, outros na Junta de Freguesia de Sul... Assim é notório que as coisas não batem certo. No outro dia, um apicultor, tendo recentemente feito o registo apícula, veio ter comigo e disse-me: ó José Carlos, então... Eu tenho as minhas abelhas ali no Belgão e agora tenho que ir pedir uma autorização à Junta de Freguesia de Sul, só porque elas estão na freguesia de Sul? Urge corrigir essa situação, porque há problemas na minha freguesia, da mesma forma que há nas outras freguesias problema igual.”. E reforça a necessidade da mudança, dizendo que o senhor presidente e os senhores vereadores têm a faca e o queijo na mão: “têm a maioria na Assembleia Municipal, têm



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a maioria das Juntas de Freguesia e têm o PDM para rever.”.O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) apresentou dois reparos e duas notas. A primeira, é para congratular o senhor presidente da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, que descentralizou as respetivas sessões pelas freguesias do concelho, mas refere que isso traz uma responsabilidade acrescida e faz dois reparos pela negativa: “a última sessão da Assembleia, decorrida em S. Félix, na qual nós estávamos uns em cima dos outros e a questão da integridade física dos próprios deputados e do poder político instituído, até porque eu fui ofendido pelos presentes, deixando registado aqui esse meu próprio incómodo. E depois a forma como se tem apresentado a própria mesa. [...] O que tem acontecido é que o senhor presidente da Assembleia Municipal está a um canto da mesa, aquilo que tem acontecido ao longo das sessões é que os vereadores da oposição são postos da parte de trás da cortina, o que do meu ponto de vista é extremamente negativo. Senhor presidente da mesa, julgo que é tempo de pôr um pouco de ordem nisto.”. A segunda, é a apresentação de uma proposta de recomendação, passando a citar o Papa Francisco: “As alterações climáticas são um problema global, com graves implicações ambientais, sociais, económicas, políticas e constituem o principal desafio da Humanidade.”. E evoca essas palavras para manifestar a sua preocupação com a saúde das pessoas, com a preservação do meio ambiente e a minimização dos estragos provocados aos nossos ecossistemas: “Estudos científicos provam que a expansão da aplicação de herbicidas são um risco cada vez mais evidente para um conjunto populacional que se opõe involuntariamente com substâncias ativas presentes na água e no meio ambiente. É com o propósito de minimizar os efeitos nefastos que os herbicidas representam para as populações do concelho, que apresentamos uma proposta de recomendação ao executivo, no sentido de, gradualmente, substituírem os produtos químicos pelas operações manuais ou mecânicas no controlo das infestantes das bermas das estradas, caminhos e linhas de água. É já visível, em algumas freguesias, o desenvolvimento dessa metodologia no controlo das infestantes, se bem que o nosso concelho requer, do poder executivo, mais eficácia e prontidão na execução desses trabalhos, mesmo que os custos sobrevalorizem em épocas críticas. Não devemos esquecer que S. Pedro do Sul tem as melhores estâncias termais e deverá continuar a ser a mais ajardinada da região.”.O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) dirigiu-se ao senhor presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, sobre o problema levantado em torno das abelhas: “é só para dizer que elas estão no espaço Schangen e, portanto, não há problema algum.”. Em seguida, pauta a sua intervenção por quatro assuntos concisos: o primeiro, em relação ao estabelecimento prisional, solicita saber, definitivamente, se o dito edifício já é propriedade da Câmara Municipal e, se o é, qual a sua finalidade. O segundo, sobre a motoniveladora, considera ser um problema transversal a todas as freguesias. O terceiro, relativamente à Avenida da Liberdade, manifesta uma dúvida: “aquele terreno anexo, em terra, entre a avenida e a Discomer, é propriedade da Câmara Municipal? Se o é, qual o seu destino?”. E o quarto, a propósito do centro histórico, considera ser um assunto bastante recorrente e apenas coloca uma questão: “A Rua Serpa Pinto tem três agências bancárias e tem uma farmácia: quantas mais lojas tem abertas?”. O Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD) lançou duas questões ao executivo camarário. Uma questão relacionada com a constituição do Conselho Municipal da Juventude, referindo ter sido abordado por alguns jovens, que perguntaram qual o ponto de situação do CNJ, sendo que não lhes pôde responder,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devido a ter faltado à sessão da Assembleia Municipal em que o tema foi discutido. E outra questão, que se prende com uma suposta dívida surgida da Câmara Municipal à empresa Queimadela unipessoal, acrescenta o seguinte: “eu analisei o documento de informação dos processos judiciais e reparei que a dívida teria sido declarada extinta à instância e absolvido o município.”. E pede para ser informado sobre se essa dívida se refere a isso que o senhor presidente transmitiu. A Deputada Municipal Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS) fez a seguinte intervenção: “Um dos objetivos da educação pré-escolar, estamos a falar de crianças entre os 3 e os 6 anos de idade, é “favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança”. Na sua génese, este objetivo aponta para a transversalidade e interligação entre o desenvolvimento e a aprendizagem, uma vez que as diversas áreas de desenvolvimento não são estanques, mas complementam-se e são interdependentes. É também objetivo da educação pré-escolar “proporcionar ocasiões de bem-estar e de segurança à criança”, pois ela aprende e desenvolve mais competências se estiver bem e feliz, o que implica a necessidade de articulação dos diversos intervenientes, dos diversos profissionais, e a rentabilização dos recursos da comunidade, que, em conjunto com a escola, é o espaço educativo alargado, para um mesmo fim – a criação de contextos educativos de qualidade. No domínio da expressão motora, há mais de 10 anos, e eu repito, felizmente há mais de 10 anos, as crianças deste concelho têm usufruído de atividades diferenciadas, devidamente planeadas e muito bem organizadas. São elas: a Expressão Físico-Motora, dinamizada por um professor da Câmara Municipal que quinzenalmente se desloca a cada jardim-de-infância para dinamização de atividades específicas na área e Adaptação ao Meio Aquático, em que as crianças, também quinzenalmente, se deslocam em transporte da Câmara Municipal às piscinas municipais para participação em atividades de adaptação à água, igualmente dinamizadas por um professor. As vantagens destas atividades são imensas, tanto em termos do desenvolvimento físico da criança, como no contributo para o seu desenvolvimento global: trabalham-se competências de autonomia, cidadania, entajuda, autoestima, destreza, competências de linguagem, entre tantas outras. Além disso, é importante realçar que todas as crianças participam, uma vez que não há custos para as famílias, com oportunidades iguais para todas, sendo que, para algumas, esta é a única forma de contactarem com uma piscina, por exemplo. É muito bom olhar para as caras das crianças e ver a alegria com que falam da “natação” ou da “ginástica” ou mesmo quando se fala no nome dos professores que as dinamizam. Por isso, além de destacar a importância deste trabalho para o desenvolvimento global e harmonioso das crianças, quero pedir que, quando se pensa em racionalizar recursos, se pense bem na relação custo-benefício e que estas sejam atividades para continuar pois, num concelho com poucos recursos se comparado com tantos outros, neste campo destaca-se pela positiva e faz a diferença, pois ajuda, de forma inequívoca, na educação e desenvolvimento dos seus cidadãos. Além disso, está em discussão pública até 15 de julho, um documento da Direção-Geral da Saúde “Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física da Saúde e do Bem-Estar”, que vai nesse sentido, a importância da criação de ambientes promotores de saúde. Falamos de bem-estar, falamos de saúde.” O Deputado Municipal José Carlos de Oliveira Duque (PS) pediu a palavra e felicitou os colegas autarcas e todos quantos se encontram na sala, proferindo a seguinte comunicação: “Ontem, dia de S. Pedro, a Câmara Municipal esteve muito bem, pois não esqueceu, uma vez mais, homenagear alguns sampedrenses e quem esteve presente ouviu bem a razão das homenagens. Por isso, e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agora, quero lembrar que esta Câmara Municipal, além das ideologias políticas que não esconde, não estabelece nem estabeleceu fronteiras para realçar o valor, o carinho, a dedicação dos homenageados.”. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), interveio apenas para se pronunciar sobre dois assuntos que reputa de importantes. No primeiro, sobre caminhos e prioridades, pede para com ele fazerem o seguinte exercício: “Nós vamos na estrada de Pinho para Pindelo, chegamos a um café, que, salvo erro, é o “Panela ao Lume”, se cortarmos à esquerda temos uma estrada completamente deteriorada até S. Félix, que também passa em muitas povoações da freguesia de S. Pedro do Sul; se chegamos acima e cortamos para a direita vamos para o Sobral e temos outra estrada completamente deteriorada; se cortarmos à esquerda, ao pé da Junta de Pinho, para o lado de Vila Maior, temos nova estrada completamente deteriorada. E qual é a conclusão a que nós chegamos? Chegamos ao meio de um caminho florestal, e não sei se é por não haver motoniveladora, alcatroou-se um caminho florestal de cem mil euros, entre Sendas e o caminho florestal de Vila Maior.”. Depois continua e menciona que essas são as prioridades, quando, há mais de dois anos, a Junta de Freguesia de S. Félix identificou dois caminhos para serem compostos, que na época eram prioritários, sendo que até hoje nada foi feito, referindo-se ao caminho que liga a povoação de Vila Nova ao Casal. Critica o critério usado nas prioridades, considerando que não tem nada contra se alcatroar o caminho florestal, mas que é um caminho onde não passa um camião: “e isso não era a prioridade, quando temos tantas situações para resolver.”. Terminando, e novamente em relação aos critérios de prioridade, como ele próprio diz: “vou ser um bocadinho irónico, mas tenho que o ser, porque o senhor presidente da Câmara também foi comigo: há quem diga, até lá nos cafés de S. Félix, que esta estrada serve para alguém ir apanhar pinhas de BMW.”. O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões (PSD), começou por realçar a disponibilidade do senhor presidente da Câmara Municipal para o receber sempre que precisa de alguma coisa, mas aproveita o ensejo do pedido anterior para a colocação da sinalética a indicar a povoação de Lourosa e reforça o mesmo pedido, acrescentando que inclusive já enviou um ofício que se encontra nos serviços da Câmara Municipal. Depois elogia a recente obra da estrada que passa por Lourosa e liga as freguesias de Santa Cruz da Trapa a Candal e daí ao concelho de Arouca, assim como as obras do saneamento e da requalificação da estrada no lugar de Vila Nova. E aproveita para deixar um pedido: “já foi falado, sem ser por ofício, que é preciso um sinal de STOP no cruzamento da Landeira com Lourosa, porque é um sítio muito perigoso e onde pode acontecer alguma coisa.”. E termina, aludindo a uma anterior sessão da Assembleia Municipal realizada precisamente na União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, em que uns fregueses solicitaram a verificação de umas lombas junto à EBI e em Paçô, na reta que segue a rotunda de S. Mamede, deixando a seguinte advertência: “e o problema maior é que as pessoas chegam ao pé de mim e dizem assim: “olha, naquela Assembleia disseram que depois entravam em contacto connosco e até hoje nada... Nem lombas, nem nos dizem nada.”. O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), de forma a prestar um esclarecimento, solicitou novamente o uso da palavra para abordar o assunto levantado sobre a estrada de Sendas a Pindelo, referindo o seguinte: “a culpa do arranjo/pavimentação desta estrada é do senhor Dr. António Carlos Figueiredo. E passo a explicar: como sabem, a grande maioria dos pinhais da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estrada que liga Pinho a Pindelo é propriedade de pessoas de Sendas e de Goja; e, na altura, eu fui abordado pelo então fiscal, senhor Acácio, para nós identificarmos os proprietários desses pinhais. E nenhum dos proprietários se recusou a doar o terreno a título gracioso para o alargamento/retificação da estrada, desde que a Câmara Municipal, como contrapartida, asfaltasse a ligação de Sendas a Goja. Isto foi uma promessa do Dr. António Carlos, e se há que pedir responsabilidades é apenas a ele.” O Presidente da Câmara Municipal, em resposta à deputada municipal Maria Ester Vargas, sobre a questão da receção do candidato presidencial, António Sampaio da Nóvoa, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, afirma: “É verdade. Recebi, da mesma forma que receberei todos aqueles que solicitarem o Salão Nobre para serem recebidos. E estarei lá presente com eles.”. Continuando, lembra outras situações semelhantes do passado: “Queria perguntar à senhora deputada, onde é que andou quando no Salão Nobre foi na altura recebido o candidato Jorge Sampaio? E onde é que andou, quando foi recebido o Vale e Azevedo? O Vale e Azevedo era uma pessoa assim tão importante para ser recebido no Salão Nobre? E o Jorge Sampaio, quando na época foi recebido, era igualmente candidato presidencial. Porque é que a senhora deputada nunca questionou nada?”. E termina este assunto dizendo que vai receber sempre e com todo o gosto todos os candidatos que solicitarem serem recebidos. Em seguida, sobre a questão da viatura do município em uso próprio, esclarece que apenas usou a viatura do município porque andou a ver e a mostrar obras públicas em execução ao senhor candidato presidencial António Sampaio da Nóvoa. Depois, sobre a questão de não dar a palavra aos vereadores da oposição nas reuniões de Câmara, respondeu da seguinte forma: “Se a senhora deputada estiver atenta, verifica que isso apenas acontece com uma pessoa.”. E mais acrescenta: “Existe um regimento, existe uma lei, e as pessoas têm que falar na sua vez e sobre determinados assuntos. Não é quando os assuntos já estão encerrados, ou sem terem pedido a vez para falarem daquele ponto, que vão falar. Eu tenho que dirigir trabalhos e não posso deixar “abandalhar” uma reunião sob pena de ninguém se entender, que é o que por vezes acontece. Mas poderei tomar outra postura e, provavelmente, vou tomá-la para as próximas reuniões.”. E, por último, sobre a constituição da mesa da Assembleia Municipal, não se quis pronunciar, porque não foi parte interveniente, mas lembrou que, em mandatos anteriores, sempre os vereadores da oposição estiveram no lugar de lado da mesa e, portanto, entende que tudo está correto em função do que se fez no passado. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) usou o direito ao contraditório, agradecendo os esclarecimentos prestados e declarando a sua posição em relação às perguntas feitas: “a minha intervenção, tal como as intervenções dos outros deputados municipais, nada mais são do que pedidos de esclarecimento normais, porque, por exemplo, pedi informação sobre a utilização da viatura do município, o senhor explicou e está explicado. [...] Há um diálogo normal, institucional, no local próprio e, havendo dúvidas, as pessoas têm que perguntar e o senhor está aqui para esclarecer, e foi o que fez.”. Manifestou-se satisfeita com a afirmação de que o senhor presidente da Câmara recebeu o senhor candidato Sampaio da Nóvoa da mesma forma que receberá qualquer outro candidato que o solicite, porque diz: “a questão que se podia colocar era o precedente de ter recebido um candidato e se recusar a dar tratamento igual a outros.”. Por fim, sobre as reuniões do executivo: “fico satisfeita por verificar que o senhor presidente também concorda que o ambiente não é o mais adequado e que não consegue coordenar os trabalhos da melhor maneira e que reconhece que por vezes a situação se “abandalha”, foi o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termo que referiu. Enquanto presidente da Câmara e líder dessas reuniões, solicitava que houvesse um tratamento mais digno aos vereadores, porque eles não estão ali em representação pessoal, estão a representar uma parte da população que neles votou, portanto têm toda a legitimidade para colocarem as questões nos debates dos assuntos, solicitarem a documentação sem precisarem de uma autorização especial, porque têm um estatuto que não é igual ao de qualquer munícipe e têm que ser tratados com o máximo de respeito, a bem do próprio funcionamento do órgão autárquico.”. Em resposta, ainda sobre o mesmo assunto, o Presidente da Câmara Municipal refere que todos os vereadores colocam e sempre colocaram questões nas reuniões, cabendo a si, enquanto presidente, dirigir as reuniões do executivo da melhor forma e sempre com isenção, que é o que tem feito. Em resposta ao senhor deputado municipal António Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Serrazes, que falou na questão do convívio sénior, o senhor presidente da Câmara Municipal esclarece que: “O convívio sénior, ao contrário daquilo que alguns dizem, é uma iniciativa que é para continuar e muito provavelmente para reforçar. E porquê? Porque não se trata apenas de um passeio em si. O que está em causa é uma forma terapêutica das pessoas saírem de casa, poderem conviver com outras pessoas. E isto evita que as pessoas andem na depressão, que é o que neste momento acontece a parte da nossa população, derivado dos problemas que o Governo lhes arranja, nomeadamente no corte das pensões, no corte dos vencimentos, na situação do desemprego, no apoio que têm que dar aos filhos porque estão desempregados... E isto causa perturbações nas pessoas. E toda a forma que nós tenhamos de tirar as pessoas de casa, criar condições para que possam conviver e pô-las a falar umas com as outras, é sempre uma aposta conseguida. E estamos a falar em importâncias mínimas se compararmos com a quantidade de gente que se movimenta.”. E para os críticos dessas ações, lembrou que em todo o lado se faz isso, inclusive a autarquia de Viseu, que leva pessoas ao Santoinho, pagando-lhes a deslocação, a estadia e as entradas, ou a autarquia de Oliveira de Frades, que recentemente levou a passear oitocentas pessoas, mas que são casos em que ninguém fala. E afirma que é um investimento que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul está a fazer nos idosos e que não considera que seja um gasto, acrescentando que é uma iniciativa a repetir nos próximos anos e, provavelmente, a ser reforçada. Em resposta aos presidentes das Juntas de Serrazes e de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, sobre a sinalética na estrada para Lourosa da Trapa, informa que é um assunto já tratado com o senhor vereador do pelouro competente, salientando que para este ano não vai ser possível adquirir a placa, uma vez que já não existem fundos disponíveis para o efeito, acrescentando que é um compromisso da Câmara Municipal adquirir a placa assim que seja possível. Em resposta ao presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, sobre as placas de STOP, aproveita para dar razão às pretensões, esclarecendo que as placas já foram encomendadas há meses, mas que só recentemente vieram e que o senhor que coloca a sinalização está de férias, portanto assim que possível serão colocadas. Seguidamente, no que diz respeito ao abordado sobre a estrada de ligação das Termas a Serrazes, realça que o corte daquelas curvas foi uma aposta conseguida, na medida em que todas as pessoas, sem exceção, deixaram entrar o pedaço de estrada dentro das suas propriedades, sem qualquer tipo de indemnização, sendo uma obra para continuar. E ainda informa: “Posso dizer ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Manhouce que, provavelmente, dentro de dois dias irão começar as obras na ponte de Sequeiro, porque de seguida estão aí os emigrantes e a festa de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manhouce, que é dia 18 ou 19, e as máquinas e os homens têm que ir rapidamente e em força para a Ponte de Sequeiro, antes que venham os emigrantes, porque depois ninguém lá pode passar se a ponte ficar interrompida. Após isso irão novamente para a estrada de Serrazes para continuarem a fazer o serviço iniciado. Depois, nas zonas da estrada alargadas, serão colocadas as condutas da água, e depois vamos ver se temos condições para alcatroar.”. Em resposta à deputada Municipal Mónica Almeida, sobre as políticas para o centro histórico da cidade, remeteu um esclarecimento mais aprofundado para o senhor vice-presidente, que tem acompanhado melhor todo esse processo, no entanto, acabou por tecer algumas considerações, referindo que S. Pedro do Sul tem muitos outros problemas além dos da Rua Direita e do centro histórico, exemplificando com os problemas do saneamento, os problemas graves no abastecimento de água ao domicílio, os problemas com as estradas esburacadas, os problemas com as outras ruas da freguesia de S. Pedro do Sul e com as ruas das outras freguesias do concelho. E continua: “E porque é que esse problema existe? Primeiro, não existe emprego em S. Pedro do Sul. As Câmaras Municipais anteriores não acautelaram o futuro de S. Pedro do Sul, é bom que isto se diga, temos que nos deixar de hipocrisias. O que é que foi preparado para o futuro de S. Pedro do Sul? Se a senhora deputada Mónica Almeida me quiser dizer na contra resposta, diga-me! O problema de S. Pedro do Sul é um problema de estrutura, não foram criadas condições de emprego em S. Pedro do Sul. A nossa A25, agora, está muito longe de S. Pedro do Sul, e terá sido esse o primeiro grande erro por parte de quem geria a Câmara Municipal nessa época, porque se a A25 passasse cá mais em baixo, talvez fosse mais fácil para qualquer empresário vir implantar-se no concelho de S. Pedro do Sul.”. Acrescenta que S. Pedro do Sul vive o problema de todo o interior: “poucos serão os empresários a nível nacional que querem vir investir no interior, seja em S. Pedro do Sul, seja nos outros concelhos do interior, que vá criar grande quantidade de postos de trabalho.”. Reforça que o que poderá vir a acontecer é a criação de meia dúzia de postos de trabalho, esparsos e pontualmente, o que por si só já é muito bom para o concelho se os conseguirem captar: “agora, fábricas grandes, esqueçam, porque, por aquilo que vemos a nível nacional, não é o que irá acontecer, aliás, são os diretores da CCDR Centro que o dizem publicamente e baseados nos estudos que têm com eles, de forma que cada vez menos irá haver investimento na região centro.”. Lembra que, à falta de emprego, as pessoas saem de S. Pedro do Sul, acabando por dizer que todos os dias tem na Câmara Municipal pessoas a pedirem emprego, que se habituaram a recorrer sistematicamente aos empregos da Câmara e da Termalístur, nunca criando condições para que se avançasse para outras soluções. Depois, além do desemprego, evoca como segundo problema as dificuldades que o Governo está a criar às pessoas: a redução nas reformas das pessoas, que cada vez mais ficam sem dinheiro para investir; a redução nos vencimentos dos funcionários; a falta de emprego para os filhos, que obriga os pais a ajudá-los nas dificuldades económicas e financeiras. Em seguida refere a saída da empresa de camionagem Guedes do sítio onde estava, que muito contribuiu para o decréscimo de gente na Rua Direita. Outra razão evocada foi a saída da Farmácia Dias. Continua e menciona a falta do investimento privado, lembrando que não há nenhum comerciante na Rua Direita a investir ou a recuperar os edifícios degradados, que se encontram naquele estado há vinte e cinco ou trinta anos, o que tem reflexos na atratividade e na captação de novos clientes para a dinâmica comercial da rua. E recorda que a parte pública já tomou algumas medidas importantes, investindo na requalificação do centro histórico, tornando-



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a numa zona mais bonita e com mais infraestruturas. Depois, a talho de foice, referindo-se a palavras do deputado municipal Mário Almeida, reforçou a resposta à senhora deputada municipal Mónica Almeida dizendo o seguinte: “O deputado Mário Almeida escreveu uma vez sobre a ARU assim: “[...] que aliás já vinha de anos anteriores e que este executivo, e bem, deu continuidade.”. E eu agora respondo ao deputado Mário Almeida: a ARU nunca veio de nenhum executivo anterior, fomos nós que criamos a ARU e fomos nós que tudo fizemos e que trabalhamos para que a ARU tivesse a sua concretização.”. Sobre a ARU, mais informa que, agora, apesar do momento não ser propício, foram criadas condições para as pessoas investirem, podendo beneficiar da redução no IVA, com a isenção no pagamento das taxas municipais e com a isenção no pagamento do IMI. E volta a realçar: “Isto não vinha de anos anteriores, como disse o senhor deputado Mário Almeida na rádio. Não vinha... E era bom que retificasse numa próxima crónica aquilo que disse, porque o que o senhor diz na rádio eu não tenho hipótese de contrapor, mas aqui contraponho, é mentira aquilo que o senhor disse.”. Entretanto, de forma a melhor agilizar os trabalhos, o senhor vice-presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Pedro Mouro, em uso da palavra, aproveitou para dar duas notas iniciais antes de entrar no tema em apreço: na primeira, em correspondência com a intervenção da senhora deputada Maria Ester Vargas, sobre a receção ao senhor candidato presidencial António Sampaio da Nóvoa, manifestou discordância em relação à expressão “questões partidárias” por ela usada; na segunda, sobre a estrada de Sendas, apenas informou que pertencia aos vereadores da oposição no executivo anterior, podendo esclarecer melhor: “na época, quando foi feita a estrada Pinho – Pindelo, as pessoas de Sendas e Goja deram todos os terrenos gratuitamente para alargar a estrada para Pindelo, que está executada há cinco ou seis anos, com a contrapartida desse ramal da estrada ser executado ao mesmo tempo. E eu até entendo que a anterior Câmara não teve disponibilidade financeira e não executou a obra, mas houve sempre o compromisso do executivo anterior em executar essa obra. O grupo do PSD devia dar-nos os parabéns por estarmos a honrar um compromisso que nem sequer era nosso.”. Entrando enfim no tema do centro histórico, refere que a Câmara tem que se preocupar com todos os espaços comerciais do concelho e não somente com o centro histórico de S. Pedro do Sul, aproveitando para reforçar uma ideia: “o que é que os comerciantes têm feito para inverter esta situação?”. Argumenta que as pessoas se esquecem que a Avenida Sá Carneiro, há trinta anos, eram quintas de cultivo e agora o comércio expandiu-se para lá, com a existência de muitas lojas: “são outras dinâmicas e nós temos que estar atentos a isso.”. Refere ter-se falado em iniciativas que a Câmara Municipal podia ter feito e não fez, exemplificando o concurso de montras ou de lojas floridas: “se isso resolver o problema, fazemos já amanhã; e só espero é que participem.”. Lamenta dizer-se não se ter feito nada, quando foi a própria Assembleia Municipal a aprovar a ARU, que tem uma série de medidas que dizem diretamente respeito ao centro histórico, aos comerciantes e aos próprios proprietários. Informa estar-se a equacionar alterações no trânsito do centro histórico, salientando que o não vão fazer de forma escondida ou precipitada, mas sim que vai ser feito com método e análise. Refere que se está a estudar a questão do estacionamento na zona histórica, comunicando que se tentou adquirir um terreno para o efeito, mas que o valor pedido pela propriedade era exorbitante. Destaca as iniciativas com os percursos urbanos duas vezes por semana, que tem trazido pessoas a circular e a consumir nos vários comércio locais do centro histórico. Informa que, em breve, vai abrir na Rua Direita uma loja da Termalitur, a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vender produtos das nossas Termas. Lembra a ação feita no âmbito do Comércio-Investe, para que os lojistas da área pudessem candidatar-se a fundos comunitários, com pessoas do IAPMEI e da Associação Empresarial a explicarem de que forma se podiam candidatar aos fundos disponíveis. A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), agradecendo a oportunidade de resposta, usou da palavra e, dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal, refere que o centro histórico é a alma desta cidade, acrescentando que: “quando falo no centro histórico não falo apenas na Rua Direita, falo também na Rua Serpa Pinto.”. Salienta que o comércio local pode ser promovido através de pequenas ações concretas envolvendo os comerciantes, de modo a que eles fiquem com a noção que vale a pena investir. Depois, relativamente a afirmação sobre o que os executivos anteriores fizeram em prole da criação de emprego, contrapõe com a seguinte pergunta: “E o que foi feito durante estes dois anos para resolver algum problema ali?”. Em seguida, exemplificando com a Loja do Cidadão, lança nova pergunta: “Porquê que não é instalada a Loja do Cidadão no centro histórico? Fazia com que houvesse alguma movimentação.”. Continua e refere que a loja termal que vai ser instalada já o podia ter sido, interrogando-se acerca do motivo do atraso. E, sobre o exemplo de outros municípios, considera que desconhece se resolvia ou não, insistindo na ideia: “o que eu vejo neste momento são as pessoas de costas voltadas para as entidades locais e isso não está correto, é preciso envolver as pessoas nas atividades.”. Diz conseguir vislumbrar algum futuro para a Rua Direita e a Rua Serpa Pinto, reforçando que todos o têm que conseguir fazer, de forma a não termos S. Pedro do Sul como uma cidade fantasma. E termina com as seguintes palavras: “Relativamente ao que falou sobre os cafés que estão a fechar pelas aldeias, eu só queria lembrar aqui uma coisa: eu sou filha, neta e bisneta de gente que toda a vida trabalhou no comércio local, sei muito bem o que é trabalhar no comércio local e no comércio em geral, sei muito bem as dificuldades que se têm e sei muito bem qual é a diferença quando se tem uma pequena ajuda para conseguirmos avançar.”. Prosseguindo com a discussão do mesmo assunto, o Presidente da Câmara Municipal volta a insistir que o executivo conhece e entende os problemas existentes no centro histórico, mas que não pode ser a Câmara Municipal a pegar no braço das pessoas e a pô-las dentro das lojas a consumir: “não podemos obrigar as pessoas a consumir quando elas ou não têm dinheiro ou não querem consumir.”. Depois, sobre a instalação do Espaço do Cidadão na Rua Direita: “quando alguém se quiser chegar à frente e pagar a renda, à vontade.”. E continua para dizer que a atual situação financeira é difícil e o objetivo tem sido a redução de custos: “Se nós temos condições dentro da Câmara Municipal para instalar o Espaço do Cidadão, vamos gastar dinheiro a pagar a renda de uma loja noutra local tão perto?”.

Em relação à Loja do Cidadão, o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço esclareceu que o executivo municipal ainda tentou que a sua instalação fosse no centro histórico, mas é preciso pressionar o Governo, porque é dele a responsabilidade da instalação, acrescentando que o Governo apresentou a Loja do Cidadão como um dado adquirido em S. Pedro do Sul e com colocação no edifício do tribunal. E mais disse: “Se quiserem fazer essa pressão, acho que ainda estão em tempo, porque foram assinados protocolos com quase todos os concelhos do distrito, exceto dois; e um deles foi S. Pedro do Sul, porque ainda não há acordo com o IRN.”. E conclui que: “Mesmo indo para o edifício do tribunal vai dinamizar o centro histórico, porque a área do tribunal ainda está na zona histórica.”. Depois, sobre uma maior dinâmica na Rua Direita, começou por dar os parabéns ao Bloco de Esquerda por ter instalado a sua sede na Rua Direita e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lançou o seguinte repto: “O PSD que leve a sua sede para lá, que o PS leva a sua também, e é uma outra forma de dinamizar a Rua Direita.”. O Presidente da Câmara Municipal interveio para corrigir um lapso em relação à resposta dada à senhora deputada Mónica Almeida, que se reportou à Loja do Cidadão, mas cuja resposta foi dirigida ao Espaço do Cidadão, acrescentando que, de acordo com a Loja do Cidadão, a resposta dada pelo senhor vice-presidente é correta: “foi o próprio Governo que entendeu que tem que ser instalada no edifício do tribunal.”. A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), em relação ao repto lançado pelo senhor vice-presidente, que sugeriu exercer mais pressão sobre o Governo para instalar a Loja do Cidadão na Rua Direita, disse aceitar a proposta e que vai falar com a Dr.^a Ester Vargas para que, quando entender, fazer uma proposta ao Governo nesse sentido. Em resposta ao deputado municipal António Ferreira Gomes, que abordou o tema da nova Avenida da Liberdade e respetiva rotunda com o memorial a David de Almeida, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a avenida foi ontem inaugurada e considera que o nome é consensual e que foi muito bem escolhido, porque se lhe fosse atribuído um nome de uma personalidade havia sempre alguém que contestasse. Depois, sobre a rotunda, esclareceu que: “a partir do momento que existe uma rotunda que corte uma estrada, a seguir existe uma nova rua, e a nova rua tem que ter um nome diferente.”. Por fim, em relação ao memorial na rotunda, considera que é uma obra de muito bom gosto e felicitou o escultor e o vereador Francisco de Matos, que acompanhou o processo desde o início. Saliu ainda que, contrariamente ao que muitos disseram, a estrada está muito bem feita e foi sempre acompanhada pelos técnicos municipais, sendo retificados vários erros que o empreiteiro tinha feito, e adianta que foi levado a reunião de Câmara uma proposta para fixar uma coima ao empreiteiro por não ter cumprido os prazos estabelecidos, que é calculada em função de um valor diário em relação aos dias de atraso, o que dá entre dez e quinze mil euros, em oposição à prática habitual na Câmara Municipal de não atribuir coimas aos empreiteiros que faltavam com o acordado. Em seguida, dirigiu-se diretamente ao deputado Mário Almeida, lembrando que: “andava preocupado porque a estrada era para ser inaugurada no Natal, depois no Carnaval, passou para a Páscoa e depois para o 25 de Abril... Ó senhor deputado Mário Almeida, o senhor nunca ouviu da boca da Câmara Municipal a data em que ia ser inaugurada.”. Reconhece depois que é verdade que a obra atrasou, mas que a culpa é exclusivamente do empreiteiro e não da Câmara Municipal. E acrescenta: “Aliás, o senhor está envolvido num processo de uma candidatura, sendo que, neste momento, ainda não conseguiu arranjar empreiteiro para fazer a obra, e a culpa não é sua. Mas o senhor quis atirar as culpas para nós e, ironicamente, a “pedra” que atirou contra nós por a obra estar atrasada, agora cai-lhe em cima da “carapuça”, infelizmente, diga-se.”. E continua: “E também lhe queria dizer, senhor deputado, que a estrada Pinho – Pindelo, que aqui já foi hoje falada, era para estar concluída no dia vinte e oito de Outubro de dois mil e nove, sabe quando é que ela foi concluída? Foi mais de um ano depois, no dia vinte e três de Novembro de dois mil e dez. E aí, o senhor deputado, que fazia parte da Assembleia Municipal, nunca esteve preocupado. E a Câmara da altura nunca fixou nenhuma multa ao empreiteiro.”. Em resposta ao solicitado pelo deputado municipal Mário Almeida, sobre a providência cautelar no encerramento das escolas, falou a senhora vereadora responsável pelo pelouro da Educação, Teresa Sobrinho, que, após cumprimentar todos de forma atenciosa, assumiu que a providência foi instaurada, só que, entretanto, no momento da instauração, o Governo declarou interesse



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

público e, caso fosse dado continuidade ao processo, a decisão ia sair apenas em janeiro ou fevereiro, tendo em conta que até lá se mantinha o encerramento das escolas. E mais informou que, no caso de decisão favorável para a autarquia, havia necessidade de reabrir as escolas consideradas encerradas pelo Ministério da Educação e transferir novamente para lá todos os alunos entretanto deslocados. Assim, declarou que, após ponderação, consideraram não ser benéfico para os alunos, para os pais ou para os professores ter essa agitação a meio do ano escolar e decidiram cancelar a providência cautelar que tinham instaurado, uma vez que o Governo declarou interesse público. E acaba por sintetizar: “Nós instauramos a providência cautelar de forma correta, só que depois retiramos perante esta agitação, que iria perturbar o normal funcionamento das escolas e do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Existem os documentos todos, que podemos facultar.” Em resposta ao deputado municipal Manuel Casais, o presidente da Câmara Municipal referiu que, no caso do nome da rua, já respondeu atrás, acrescentando que os nomes são sempre muito subjetivos, que acha que o nome Avenida da Liberdade foi muito bem escolhido, mas que aceita perfeitamente a opinião do senhor deputado. Depois refere que, à semelhança do deputado Manuel Casais, também ele ficou muito satisfeito de estar em Bordonhos a reunir num edifício com condições para receber uma sessão da Assembleia Municipal, que vem no âmbito de uma proposta política apresentada: “descentralizar as sessões da Assembleia Municipal, coisa que já começamos a fazer também com as reuniões da Câmara Municipal, porque é importante trazer os órgãos autárquicos junto das populações, que tem resultado mais do que se tivéssemos no edifício sede.” E felicita os anteriores e atual presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos pelo trabalho conseguido em prol da construção das instalações onde se encontram. Passando a outro assunto, no caso dos estradões florestais, o senhor presidente manifesta a sua inteira concordância com o exposto pelo senhor deputado Manuel Casais, ressalvando estar a ser de todo impossível atacar todos os estradões florestais, uma vez que a motoniveladora se encontra há meses avariada. E mais acrescenta: “Havia a possibilidade de comprarmos uma máquina nova, que era isso que nós queríamos, só que a máquina custa à volta de trezentos e cinquenta mil euros. São máquinas muito caras e nós não tínhamos fundos suficientes para podermos comprar uma máquina nova, pelo que decidimos fazer uma reparação grande à nossa máquina. Mas, entretanto, as peças têm que vir do estrangeiro e todo esse processo vai demorando... Há meses que a máquina está para compor. Temos orçamento e financiamento para a compor e só não veio porque ainda não foi arranjada.” Continuou para dizer que, em conformidade com a política florestal que tem vindo a ser seguida pelo executivo, ainda hoje foi uma máquina de arrasto trabalhar para o estradão que vai da Senhora da Guia em direção a Serrazes. E conclui este assunto dizendo que assim que venha a outra máquina (motoniveladora) vai ser feito mais e melhor. Passa para o outro assunto, respondendo sobre o pagamento da obra da nova rotunda: “a obra já foi paga na totalidade pela empresa Hidrocentrais, ao contrário daquilo que aconteceu no passado, em que foi a Câmara Municipal que pagou sempre as estátuas, nós conseguimos que um empresário ou uma empresa fizesse o pagamento. E posso dizer que aquela estátua custou vinte mil euros, ao contrário de outras do passado que custavam oitenta mil euros, e que a sua construção deixa dúvidas.” Depois, o senhor presidente da Câmara Municipal, aproveitando o ensejo, dirige-se ao deputado municipal Pedro Figueiredo e enceta uma resposta ao assunto por ele exposto: “Houve aqui alguém que disse haver perguntas encomendadas, acho que foi o Luís Teixeira, se calhar esta



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também foi encomendada, e falando concretamente na estátua que está na rotunda em frente ao Shopping, também queria dizer já ao senhor deputado Pedro Figueiredo que a estátua que lá está não é pertença do município, nunca foi pertença do município, o escultor quis receber... não sei agora valores certos... mas cerca de sessenta mil euros, quis que a Câmara lhe pagasse a estátua e a Câmara entendeu que não devia pagar porque não tinha fundos para isso, de modo que o senhor meteu um processo em tribunal. Perdeu, porque a estátua não era nossa, nunca tinha entrado na nossa contabilidade. E agora a estátua está lá para quando o senhor quiser ir carregá-la, embora haja lá uma placa a dizer que a estátua tinha sido inaugurada numa determinada data, estamos a falar há cerca de oito anos.”. E avança com a sua intervenção: “A estátua foi lá colocada, houve negócios que não interessa, se calhar, neste momento estarmos a falar neles... Havia realmente trocas de terrenos com a estátua, o que nunca foi concretizado. A estátua nunca entrou na contabilidade da Câmara Municipal, nunca foi paga e a estátua é do senhor, portanto o senhor pode a qualquer momento ir lá carregar a estátua, a não ser que agora nós entremos em negociações particulares com ele para comprarmos a estátua.”. Voltando ao assunto apresentado pelo senhor deputado Manuel Casais, sobre a questão da variante poder ser mais longa, recorda que, em tempos, na realização da chamada “bela variante”, o projeto foi anunciado por três vezes e com extensões diferentes: “lembro-me de ver num Boletim Municipal a extensão da “bela variante” que ia até à casa do professor Sousa e de uma outra versão que ia mais acima das Felgueiras, mas a verdade é que no final ficou mais curtinha.”. E conclui: “O nosso projeto inicial foi sempre o que levamos até ao fim e que foi feito, portanto connosco não foi mais curta ou mais cumprida, foi aquilo que nós projetamos.”. Em relação à entrada difícil e apertada na rotunda, o presidente da Câmara Municipal concorda com a observação, explicando que não foi possível levar a rotunda mais para baixo, porque assim ia inviabilizar a entrada nas lojas que estão no edifício de baixo. Em resposta ao deputado municipal Pedro Figueiredo, sobre o Conselho Municipal da Juventude, a Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho informou da dificuldade sentida em reunir os representantes das várias áreas que fazem parte do Conselho Municipal da Juventude, o que apenas foi conseguido há pouco tempo, uma vez que faltava uma resposta. Mais esclareceu que agora é tempo de férias, nomeadamente nas escolas, referindo que, dependendo de quando começarem as aulas, é sua intenção fazer a primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude em finais de setembro ou princípios de outubro. A este respeito e de acordo com o direito à resposta, o Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira de Figueiredo(PSD) usou da palavra e lamentou por ter feito duas perguntas diretas e sem malícia, e recebeu uma resposta com “duas pedras na mão, com raiva e com afinca”, reafirmando que não há da sua parte perguntas ou respostas encomendadas. O Presidente da Câmara Municipal disse que não há respostas com raiva nenhuma: “aliás, acho que não viu isso, que não constatou isso da minha parte.” Em resposta aos esclarecimentos solicitados pelo deputado municipal Baltazar Correia, sobre a compra dos terrenos onde se encontra implantado o Castro do Banho, o senhor presidente do executivo municipal declarou que: “Finalmente, ao fim destes anos todos, a Câmara Municipal, em que vários presidentes quiseram já comprar os terrenos do Castro do Banho, consegui negociar com o proprietário a compra daquele terreno do Castro. Agora, o que a seguir se vai passar, é a limpeza do mato maior que lá está, porque o terreno está coberto de mato e árvores caídas. E não digo limpar tudo, para não haver atos de vandalismo ou roubos, porque isso já aconteceu no passado e nós



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos que evitar que isso aconteça. Depois, numa primeira fase, queremos fazer a demarcação da propriedade, no sentido de podermos vir a vedar o espaço, para que não desapareçam de lá peças ou aconteçam atos de vandalismo. Nós estamos a falar num castro com mais de dois mil anos e é importante preservarmos e valorizarmos todo aquele património, porque ainda não está tudo estudado: foram estudadas cerca de vinte casas e parece que a área terá cerca de cento e trinta. Ou seja, muita coisa ainda poderá aparecer por lá. Mais tarde, depois, terá que ser entregue a uma equipa de arqueólogos, de modo a que aquele espaço possa ser estudado a sério.”. Prossegue e explica que está a ser preparada uma candidatura para o estudo, valorização e preservação dos principais castros do concelho, chamando-lhe a “Rota Dos Três Castros”, em que está prevista uma intervenção no Castro do Banho. E conclui: “O principal agora é a limpeza e colocar a vedação para evitar os roubos.”. Deixa ainda a ideia de que, uma vez que o terreno se encontra coberto de vegetação, não há certeza da totalidade do castro se encontrar nos cerca de um hectare do terreno adquirido, ou se vai ser necessário comprar alguma parte por fora. Em resposta ao presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, José Carlos Almeida, o Presidente da Câmara Municipal manifesta a sua concordância sobre a questão levantada em torno das extremas da freguesia, acrescentando que o executivo municipal, mal entrou em funções, teve a preocupação de destacar dois técnicos superiores para a revisão do PDM, só que, devido à complexidade dessas matérias, já passaram quase dois anos e a revisão ainda não se encontra concluída. Mas informa que a revisão segue em bom ritmo, se bem que adverte: “não podemos crer que esta primeira revisão do PDM vá resolver todos os problemas, porque, o que vai acontecer é que, quando nós tivermos estes problemas quase todos resolvidos, a verdade é que vão surgir outros; e nunca mais vamos ter revisão do PDM.”. Declara que há assuntos urgentes a resolver com o PDM e que o documento vai ter que ser aprovado, embora contendo algumas falhas: “Vamos ter que, num curto prazo, tentar resolver a questão do PDM, de forma a resolvermos as situações mais urgentes; e temos situações muito urgentes, como o caso dos parques industriais.”. Prossegue com a abordagem aos parques industriais: “Nós não podemos estar a atrasar mais a revisão do PDM no que diz respeito à parte industrial, sob pena de nós querermos criar emprego, nós querermos montar espaço para as indústrias e não termos no momento nada para oferecer às pessoas.”. Volta a reconhecer razão às pretensões evocadas e reafirma que o processo do PDM vai numa fase muito adiantada, que envolve algumas lacunas, mas considera que é preferível avançar no imediato com a revisão do PDM, nomeadamente no que respeita à parte industrial e outras que carecem de urgência na sua execução, e só então, após esta primeira revisão aprovada, iniciar novo PDM. Em concreto, sobre as extremas das freguesias, o presidente da Câmara Municipal, referiu o seguinte: “Nós pedimos ajuda às freguesias para nos indicarem as extremas e constatamos que as próprias Juntas de Freguesia têm problemas em as definir, porque envolve trabalhos de topógrafo e nós também não temos neste momento topógrafo para fazer esse serviço, de forma que as Juntas de Freguesia também vão ficar um bocado condicionadas para dar esse apoio.”. Passando a abordar outro assunto levantado, sobre o Plano Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios, informou que S. Pedro do Sul foi o primeiro município da região de Lafões a ter o Plano Municipal de Defesa das Florestas aprovado, esclarecendo ainda que havia uma série de candidaturas apresentadas pelas Juntas de Freguesia que estavam “penduradas” ou em situação de serem recusadas, mas as Juntas que fizeram as candidaturas, têm-nas em fase de aprovação e com a forte possibilidade



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de, a curto prazo, serem igualmente aprovadas: “Estamos a falar de um investimento para o concelho de S. Pedro do Sul em torno dos setecentos mil euros.”. Salienta que, há pouco tempo, se deslocou a Lisboa, para tratar de assuntos com o PRODER: “e fui na altura certa, porque havia uma data a partir da qual todos os processos que estavam para trás foram recusados, uma vez que nós não tínhamos este plano aprovado, mas nós conseguimos ir ainda repescar todos os outros que estavam atrás e que, em princípio, iam ser chumbados, de forma que todas as Juntas de Freguesia que apresentaram os projetos, como foram dos primeiros, é muito provável que venham a ser aprovados a curto prazo. E posso desde já adiantar que há uma candidatura aprovada para Manhouce e outra para Carvalhais e Candal.”. E, mediante a pergunta: “no caso da participação não ser a cem por cento, a Câmara Municipal está disposta a apoiar-nos?”, o Presidente da Câmara Municipal respondeu: “a informação que eu tenho é que, se forem todos da primeira fase, virão todos a cem por cento, mas aqueles que surgirem daqui para a frente já não vão entrar no PRODER, irão entrar no PROSEGUR, e aí já as participações serão na ordem dos oitenta por cento.”. E acrescenta que a nível contabilístico e financeiro não se pode estar a comprometer com mais apoios, sobretudo para este ano porque já se esgotaram os fundos disponíveis, mas no caso do próximo ano é uma questão a pensar: “há aqui tanta gente a pedir tanta obra, que os dinheiros não são infinitos e não vão dar para tudo, de modo que não posso dizer neste momento se sim ou se não.”. Voltou à questão da delimitação do regime florestal para reforçar que primeiro é necessário terminar a revisão do PDM, depois que são precisos trabalhos de topografia e, por fim, que é necessário que os senhores presidentes das Juntas de Freguesia se entendam: “e parece que não estão para aí virados, ou seja, parece-me que não haverá interesse por parte de alguns para andar a mexer nas coisas. É uma conversa em conjunto que teremos numa outra fase para tentarmos chegar a um consenso e, como sabe, chegar ao consenso não é fácil.”. Em resposta ao deputado municipal António Lopes Ribeiro, o presidente da Câmara Municipal começou por remeter para a competência da Assembleia Municipal a questão da integridade física nas respetivas sessões, acrescentando que já aludiu em resposta anterior à questão sobre a colocação dos vereadores na sessão. Depois trouxe à colação as considerações sobre a limpeza das ruas e caminhos, que devia ser feita com parte mecânica e não com parte química, esclarecendo que: “as ruas e caminhos intervencionados pela Câmara Municipal têm sido todos feitos com parte mecânica, embora, diga-se de passagem, eu entendo que vamos chegar a um ponto em que, daqui para a frente, vamos ter que introduzir a parte química, porque não é possível, da parte da Câmara Municipal, continuar a fazer o que tem feito de forma mecânica. Por exemplo, a Avenida da Estação já foi limpa este ano quatro vezes, mas, se agora forem ver a Avenida da Estação, está cheia de ervas.”. E argumenta com a escassez de funcionários e com a dimensão dos espaços a serem limpos de forma manual e mecânica. No direito à resposta, o Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) voltou a usar da palavra e com ela mostrou-se agradado com o facto de saber que, até ao momento, o controlo das infestantes tem sido feito de forma mecânica ou manual, contudo adverte existirem zonas onde comprovadamente se faz utilização de produtos químicos e que isso é responsabilidade de algumas Juntas de Freguesia, reforçando que apresentou uma proposta de sensibilização para essas situações, porque refere ser agricultor e aplicar herbicidas e diz saber quando dever aplicá-los e de que modo o fazer. Depois inicia por discorrer sobre a aplicação de químicos no controlo de infestantes e os seus malefícios para a humanidade, considerando ser bom alguém aparecer



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

numa Assembleia Municipal a alertar para essas situações. E mostra-se indignado com as palavras do senhor presidente: “aquilo que me desagrada é aquilo que o senhor presidente diz: eu até aqui fiz, daqui para a frente vou mesmo utilizar. Eu muito gostaria que o senhor presidente da Câmara dissesse que fez os possíveis e que vai continuar a fazer os possíveis por controlar as infestantes nas bermas, nos caminhos, nas estradas e nos rios.”. Alude depois a um estudo sobre os custos da aplicação de herbicidas numa área aproximada de quatro hectares, numa extensão de dez quilómetros nas bermas da direita e da esquerda de uma estrada, a despesa de limpeza em termos mecânicos e químicos é de aproximadamente oitocentos e trinta euros e meio: “em termos manuais e em termos mecânicos, façam as contas, e possivelmente, com um pouco de esforço, em termos manuais fica mais barato do que aplicando e usando o herbicida, cuja substância ativa não é produzida em Portugal e as divisas são mandadas para o exterior.”. Em seguida, dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia Municipal, manifesta o seu desagrado em relação à metodologia usada para a gestão das sessões da Assembleia Municipal, considerando que não é a ideal, uma vez que, se é permitido usar dois minutos e meio para uma intervenção dos deputados municipais, julga que os senhores membros do executivo municipal deviam usar exatamente os mesmos dois minutos e meio na resposta, sugerindo a retificação desta metodologia em função do regimento, de forma a dignificar os trabalhos e a própria Assembleia. Novamente sobre o mesmo assunto, ainda interveio o Presidente da Câmara Municipal para constatar que o deputado Lopes Ribeiro nunca exerceu qualquer cargo diretivo numa Junta de Freguesia e, portanto, sugere perguntar aos presidentes de Junta de Freguesia se lhes é humanamente possível, com os funcionários de que dispõe, limpar as ruas todas das suas freguesias, assim como sugere igualmente perguntar à Câmara Municipal se tem pessoal suficiente para limpar todas as ruas do município. E responde: “Não tem a Câmara Municipal nem têm as Juntas de Freguesia.”. Refere, depois, concordar com os malefícios dos químicos para a saúde, no entanto lembra que, atualmente, existem produtos químicos no mercado que são mais biológicos do que no passado. E mais acrescenta: “O senhor, se quer as ruas limpas, não tem outra alternativa. Aliás, o senhor foi o primeiro a dizer que usava produtos químicos. Então, o senhor, se nas suas propriedades está a contaminar as águas, conforme o disse aqui, está agora preocupado com a parte pública também contaminar as águas?”. Volta a reafirmar que é sensível ao não uso de químicos e que é apologista da limpeza mecânica, declarando que: “Até agora, e estamos em junho, não utilizamos produtos químicos, mas que, conforme estão os infestantes por todas as estradas e caminhos, provavelmente não teremos condições humanas nem mecânicas para continuar a fazer isso. E é isso, certamente, que os senhores presidentes das Juntas, nas suas freguesias, para evitar esses infestantes que existem por todo o lado, é isso que alguns estão a fazer. E honra lhes seja feita, porque eles muitas das vezes estão a extravasar as suas competências para poderem ter as ruas das suas freguesias limpas.”. E termina a dizer que hoje em dia a manutenção da parte mecânica fica muito cara, uma vez que as máquinas se avariavam frequentemente, e que a maioria das Juntas de Freguesia nem sequer têm pessoal para limpar as ruas. Depois, e por fim, sobre a questão da metodologia usada para a sessão de hoje, concorda que não é a mais indicada e que não será para manter, mas que o senhor presidente da mesa deu liberdade para todos falarem e para todos responderem, de forma que ninguém pode acusar a Câmara Municipal de falta de democracia e de vontade em responder a tudo o que lhe é perguntado. Em resposta ao presidente da Junta de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia de Vila Maior, Manuel Mouro, que perguntou sobre o antigo edifício do estabelecimento prisional: se é da Câmara Municipal e qual a finalidade, o senhor presidente da Câmara Municipal começou por lembrar o acordo realizado com a tutela dos serviços prisionais, em que ficou estipulado que o espaço reverteria para a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul desde que o edifício fosse demolido, acordo que foi assinado pelo anterior presidente da Câmara. Continua para dizer que, entretanto, o seu executivo enviou ao Ministério da Justiça uma carta registada alertando para a situação e com a indicação de que, caso não respondessem dentro de um determinado prazo, o edifício seria do município, reforçando o facto de que o edifício tem a sua propriedade registada na conservatória em nome da Câmara Municipal. E conclui: “Sendo assim, eu não aceito a demolição do edifício. E, como já passou o prazo e não houve resposta, a Câmara Municipal notificou o Ministério da Justiça no sentido de se pronunciar sobre aquele documento que tinha sido assinado. E, não havendo resposta, o edifício é nosso, está registado em nosso nome, de forma que, sobre o edifício, eles já não podem fazer nada.”. Assim, passa seguidamente a informar o que se está e o que se vai fazer com o edifício: “Temos um grupo de arquitetos a trabalhar com a estrutura do edifício, para que naquele espaço possa vir a funcionar uma biblioteca, um espaço museológico, um anfiteatro e para que possa albergar todos os serviços camarários da parte cultural e da ação social.”. Argumenta que os serviços da Câmara Municipal devem estar inseridos em edifícios camarários, não se justificando andar constantemente a pagar rendas e condomínios em espaços alugados. E, depois, onde se encontra atualmente a biblioteca, vai ficar o espaço do cidadão e o gabinete de atendimento ao munícipe. Mais tarde, no próprio edifício dos Paços do Concelho, o senhor presidente informou que vai proceder a obras de remodelação, especialmente na recuperação da área do chamado sótão, transformando-o num espaço muito útil e digno, transferindo para lá parte dos engenheiros que atualmente se encontram nas instalações do Shopping. Considera que é mais fácil, confortável e rentável concentrar os serviços camarários, porque: “não tem lógica nenhuma os serviços da Câmara estarem espalhados conforme estão.”. Aludindo depois ao espaço exterior junto ao edifício da cadeia, que atualmente se encontra em terra batida, informa que é o espaço onde se vão criar os restantes cento e cinquenta estacionamentos para veículos: “A avenida, no momento, terá cerca de oitenta estacionamentos, naquele espaço serão criados os restantes, só que primeiro é preciso construir um muro de suporte encostado à Discomer, para altear e ficar mais ou menos ao nível da estrada. E é o cumprimento de mais uma das nossas promessas.”. Conclui este tema considerando que a cidade vai ficar com muitos estacionamentos e muito perto do centro: “não podemos é parar os carros à porta das lojas.”. Relativamente à questão da motoniveladora, por já se ter pronunciado, não teceu mais comentários adicionais. Igualmente, sobre as questões da rua Serpa Pinto e rua Direita, voltou a não acrescentar outros comentários. Seguiu-se um comentário do Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), que, em relação aos estacionamentos que se vão criar na Avenida da Liberdade, e por esse ser um espaço novo na cidade, perguntou se estão a prever a criação de uma área verde ou ajardinada, com uns banquinhos para as pessoas descansarem, porque considera que faltam espaços verdes e se não deve descorar a vertente ambiental da cidade. O Presidente da Câmara Municipal, respondendo, concordou com a sugestão e disse que o vereador que está com esse pelouro é igualmente apologista da mesma política, porque é uma pessoa sensível ao ambiente, mas confirma que, no momento, não existe um projeto feito, sendo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o arquiteto, quando pegar naquela obra, vai certamente ter isso em consideração. Em resposta ao proferido pelo presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, o presidente da Câmara Municipal comentou que a obra da estrada a que se reportou não custou os cem mil euros, custou menos um bocado, que era uma obra que fazia parte do programa eleitoral e, acima de tudo, a obra foi feita porque era um compromisso assumido e, portanto, tinha que ser cumprido, sob pena de o acusarem de não cumprir com aquilo que disse. E acrescentou: “Além da explicação que o senhor vereador Pedro Mouro já lhe deu, quero dizer que somos nós que estipulamos as obras que devemos fazer. A obra não foi feita por outros, tivemos que ser nós a fazê-la, a cumprir os anteriores compromissos dos outros e o nosso próprio compromisso eleitoral.”. Depois responde dizendo que é devido ao cumprimento destes compromissos eleitorais que vai ser avaliado daqui a dois anos, salientando que: “até já fizemos mais do que aquilo a que nos tínhamos comprometido; o senhor sabe perfeitamente, nós alcatroamos a estrada de Sacados, que outros deixaram toda esburacada antes das eleições, que podiam ter ido buscar fundos europeus para o saneamento e a água e não foram buscar, e agora nós tivemos que ir tapar aquilo tudo.”. Sobre o episódio de alguém que ia às pinhas com um BMW, o senhor presidente da Câmara Municipal diz não saber onde o senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Félix quer chegar, porque: “embora eu conduza um BMW, nunca andei a apanhar pinhas em pinhal nenhum, de forma que nesse aspeto estou à vontade.”. E lançou o desafio: “Seja mais específico e diga quem é que andou a apanhar as pinhas, porque o senhor tem responsabilidades que devem fazer com que esse disse que disse não exista, mas, se realmente existiu, diga onde foi, como foi e com quem foi.”. Usando o direito à resposta, o Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD) pediu a palavra e começou por lamentar o ar agressivo do senhor presidente do executivo e dizer: “acho que o senhor presidente da Câmara queria que chegássemos aqui e não fizéssemos pergunta nenhuma.”. E reforça que a sua questão se prendia com as prioridades: “E o senhor presidente da Câmara pegou aí no manifesto eleitoral, e ainda bem que pegou nele, porque eu pensei que aquela obra ainda tivesse alguma coisa a ver com o parque industrial que o senhor presidente disse que ia fazer em Pindelo dos Milagres. Mas o curioso é que, ainda esta semana, na Gazeta da Beira, saiu uma notícia a dizer que o senhor presidente da Câmara desiste daquela obra.”. Depois continua e diz o seguinte: “Quem passar na Estrada Nacional 228, passa em S. Félix, Vila Nova, povos do alto e que chega a Pinho, sabe perfeitamente que a estrada se encontra completamente deteriorada; quem passar de Pinho para o Sobral, há ali um conjunto de obras perto daquela obra, e o senhor presidente da Câmara priorizou aquela obra, que para mim não passa de um caminho florestal, porque depois um camião não pode passar lá, mas o senhor presidente assume que isso é uma prioridade em relação às outras obras.”. Esclareceu enfim que está na Assembleia Municipal: “eleito na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de S. Félix e não na qualidade que o senhor vereador quis falar.”. Salientou, ainda, das palavras do senhor vice-presidente do executivo, que diz ter feito a obra porque era um compromisso que vinha de trás: “Eu recordo que havia compromissos em que o senhor também aprovou, que é do Centro Social de Valadares, aprovou favoravelmente e não as cumpriu.”. O Presidente da Câmara Municipal voltou a frisar que quem estabelece as prioridades é o executivo municipal em exercício e não o senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Félix: “mentalizem-se que os senhores estão na oposição; e vocês podem achar que há outras prioridades, mas quem



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hierarquiza as prioridades somos nós. Se nós entendemos que aquela estrada é prioritária, somos nós que estabelecemos essa prioridade e não é o senhor presidente da Junta que me diz que há outra estrada que também está cheia de buracos. Pois há. Mas há outras: em Sul há uma série de estradas esburacadas e vai ter que haver lá uma intervenção, a estrada de Vila Nova para os Povos do Alto que vai ter uma intervenção para o ano e que é na sua freguesia, vamos continuar provavelmente alcatroar a estrada das estufas para Pinho...”. Depois recorda que, se outros tivessem deixado uma melhor situação financeira na Câmara Municipal, certamente que agora podiam fazer mais. Em seguida responde à abordagem sobre o parque industrial, referindo que: “é claro que nós tivemos que abandonar o parque industrial de Pindelo dos Milagres, onde o queríamos construir, porque o ICNF não nos autoriza. Agora, se é o Estado que não nos deixa construir o parque industrial, o que é que o senhor quer que eu faça? Quer que eu peça aqueles senhores governantes e os abane? Se quiser, até temos aqui uma deputada da nação que pode ir lá para a Assembleia da República e dizer isso mesmo: a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul quer construir um parque industrial em Pindelo dos Milagres e o ICNF não autoriza. Porquê? Porque houve uma intervenção naquele baldio com dinheiros subsidiados, estamos a falar em pinheiros que ainda estão com menos de um metro de altura... É um escândalo: primeiro deviam ver a parte económica, mas não, primeiro veem a floresta. Se o ICNF não nos autoriza, deixava-nos uma nesga com cerca de um hectare; e não se constrói um parque industrial com um hectare. Agora temos que criar outras alternativas. E é nessas alternativas que nós já estamos a trabalhar, o senhor bem sabe e eu posso voltar a repetir-lhe: é o parque industrial do Alto do Barro, que vamos tentar alargar e tentar recuperar sete hectares que estão lá da empresa Sicornet. Mas se o senhor tem outras alternativas, diga-nos quais são, porque a oposição não é só ser oposição pela oposição, têm que arranjar alternativas.”. Passa, depois, a referir-se ao proferido em relação aos compromissos assumidos para o Centro Social de Valadares, dizendo que o senhor presidente da Junta de Freguesia de Valadares não precisa de quem fale por ele e, assim, considera: “por isso é que eu não sei se o senhor está aqui enquanto deputado municipal e presidente da Junta de Freguesia de S. Félix ou se está enquanto candidato do PSD.”. E prossegue para responder concretamente ao caso de Valadares, explicando que havia na freguesia um espaço bonito e bom, com um salão muito grande e onde funcionava a sede da Junta de Freguesia, que foi destruído, com a anterior Câmara Municipal a assumir o compromisso de construir no seu lugar outro edifício às suas expensas, que agora está cedido à Junta de Freguesia de Valadares pela “Mimos”, mas o contrato está feito com a Câmara Municipal. Ou seja: “a Câmara Municipal cedeu gratuitamente as instalações à cooperativa “Mimos” e a cooperativa “Mimos”, não sei como, mas também não interessa porquê, emprestou as instalações à Junta de Freguesia.”. Mais adianta, entendendo que é perfeitamente legítimo que o senhor presidente da Junta de Freguesia de Valadares queira recuperar o edifício da Junta de Freguesia: “não podem é pedir mais ajuda à Câmara Municipal para construir a sede da Junta de Freguesia, porque a própria Câmara Municipal já construiu outro edifício, que não custou tão pouco quanto isso, e que tem instalações que, embora não sejam próprias, são instalações funcionais.”. E conclui: “O que o presidente da Junta de Freguesia de S. Félix queria era que a Câmara Municipal fosse lá gastar mais quarenta ou cinquenta mil euros num edifício, quando nós temos outras prioridades.”. Informa que as dificuldades do concelho passam mais pelo abastecimento de águas e pelo saneamento, enquanto Valadares tem vários edifícios, inclusive um deles serviu recentemente



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para uma reunião de Câmara descentralizada, com um espaço por cima e sendo suficiente para as atividades normais, de forma que Valadares tem o Centro Social com um espaço e tem um edifício pertença da Câmara Municipal cedido gratuitamente. Ainda referiu que a Câmara Municipal tem outras prioridades do que a construção de um novo edifício em Valadares: “o senhor falou aqui numa série de estradas, na estrada para Mosteirinho e a estrada para o Sobral, que nós queremos também alcatroar; e que para nós isso é prioritário em relação à construção de um edifício para sede da Junta de Freguesia de Valadares.”. O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) sobre a questão levantada em torno do edifício do Centro Social, pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos, começando por cumprimentar todos os colegas autarcas e agradecer o acolhimento em Bordonhos, passando enfim a informar que: “há uns dois ou três anos, o Centro Social de Valadares contactou a Junta de Freguesia no sentido de apresentar um novo projeto, uma nova alavanca para a freguesia de Valadares, que era a IPSS, com as valências de apoio domiciliário e de lar.”. Assim, continua a explicar que, porque funcionava tudo no mesmo espaço (Centro Social, Junta de Freguesia e Grupo de Danças e Cantares da Serra da Gravia), o Centro Social pediu à Junta de Freguesia se podiam sair das instalações que ocupavam no edifício, que é propriedade do dito Centro Social de Valadares, de forma a ganharem espaço para aí instalarem os serviços da IPSS. Perante o cenário: “Quando nós começamos a ver emprego, a ver dinâmica, a ver apoio social a uma instituição pequena, e tendo em conta a nossa freguesia, nós mostramo-nos imediatamente abertos e o nosso compromisso foi muito claro: sim senhor, com uma condição: têm que nos dar outro edifício noutra local.”. Nesse sentido, informa que a direção do Centro Social de Valadares contactou o anterior executivo da Câmara Municipal com o objetivo de solicitar o seu apoio, uma vez que eles estavam com mais aquela valência, com mais dinâmica, que iam criar emprego e apoio social em Valadares, sendo que lhes foi transmitido: “já que a Câmara Municipal, por princípio, ia dar apoio ao Centro Social, em vez de dar diretamente aquela obra ou aquela nova valência, dava no apoio dos acabamentos de uma nova sede de Junta de Freguesia, sendo que o Centro Social começou a fazer essa obra, completou o tosco da nova sede da Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, ainda em dois mil e treze, começou a parte dos acabamentos com o pessoal da Câmara: meteram a canalização, meteram a eletricidade, começaram a revestir por dentro... Tudo num edifício que já existia junto ao campo de futebol e era de apoio à comunidade. A única coisa que se fez foi que o Centro Social pagou mais um andar nesse edifício e a Câmara Municipal começou a fazer os acabamentos.”. E completa dizendo que esse era o compromisso. Continua e explica a razão pela qual os serviços da Junta foram para o espaço da cooperativa: “Nós fomos para o espaço da cooperativa, que é da Câmara Municipal, porque o Centro Social tinha que terminar a obra e nós, num prazo de um ou dois anos, tínhamos que arranjar alternativa.”. Entretanto, por necessidade de conclusão das obras, a Câmara Municipal sugeriu que os serviços da Junta de Freguesia passassem para umas instalações no edifício que é do município, mas onde está a cooperativa, com a Junta a lembrar constantemente que quer é as obras prontas. E termina da seguinte forma: “Entretanto entrou um novo executivo, tem uma nova política, houve um compromisso da anterior Câmara e atualmente continuamos no espaço da Câmara que tem um acordo comodato com a cooperativa. E o que nós queremos é ter melhores condições. Eu estou sempre, junto da direção do Centro Social, a falar da mesma situação: quero que acabem a obra



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a Junta ter um espaço de apoio à comunidade, às associações e um espaço que salvasse reuniões e outras dinâmicas que a freguesia tem.”. Ainda reforça que, enquanto presidente da Junta de Freguesia de Valadares, nunca esteve envolvido com a Câmara Municipal no processo, que decorreu sempre entre a Câmara Municipal e a direção do Centro Social de Valadares, ou entre a Junta de Freguesia e o Centro Social: “nunca pedi uma reunião com o atual presidente da Câmara Municipal para resolver essa situação, apenas o levei a Valadares para tomar conhecimento das instalações, mas é um contacto que faço sempre com o Centro Social porque é um problema que tem com a Junta.”.O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, reconheceu legitimidade ao pedido do presidente da Junta de Freguesia de Valadares, embora considere que, por vezes, certos deputados municipais, quando dizem “a dívida nunca mais acaba”, esquecem-se que a dívida eram os vinte e seis milhões: “e mais o campo da Pedreira que tivemos que pagar porque não estava assumido, é mais a estátua que ainda não sabemos como vamos ultrapassar, mais a estação e o compromisso com o empreiteiro que comprou o espaço onde se faz a feira sendo que as infraestruturas estão assumidas sem estarem contabilizadas e custam cerca de quatrocentos mil euros... De forma que é por isso que a dívida está sempre a subir, embora nós a tenhamos reduzido.”. E conclui: “A dívida são os vinte e seis milhões e mais estas coisas todas.”. Depois, mais concretamente, considera que o senhor presidente da Junta de Valadares foi apanhado no meio de todo esse processo e sem culpa nenhuma, salientando que, da parte da Câmara Municipal, as instalações foram cedidas gratuitamente para que a Junta de Freguesia possa estar instalada: “se outros não cumpriram antes os compromissos assumidos, da mesma forma que, antes das eleições, entregaram obras a empreiteiros, entregassem também esta obra a um empreiteiro.”.Por último, aproveitando o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal, em relação a aspetos abordados sobre a organização da mesa, manifestou não se sentir menos dignificado por estar a dividir o espaço da mesa com todas aquelas pessoas, assumindo o risco que sabia correr quando decidiram iniciar as sessões descentralizadas. Considera que hoje até estão bem, mas que em S. Félix, devido à participação do público, ficaram de facto um pouco mais apertados, inclusive a oposição que ficou atrás da peanha de onde se fala. E reforça: “Não me sinto menos dignificado, sou eu que presido à Assembleia, mal ou bem fui eleito para isso, depois os colegas escolheram-me para essa função e, portanto, eu tenho que desempenhar o melhor possível essa função, e não me sinto nada menos dignificado por estar um bocadinho mais na lateral e não estar no centro da mesa.”. Disse que já anteriormente teve conhecimento das declarações no mesmo sentido, proferidas na comunicação social pela deputada Ester Vargas, acrescentando a sua satisfação pela afluência de gente na sessão de S. Félix, lamentando que hoje, em Bordonhos, a participação do público seja menor. E deixa o objetivo das sessões descentralizadas: a mobilização das pessoas para a participação.”. E continua com uma solicitação: “Apelo aos senhores presidentes de Junta para mobilizarem a população, porque vamos continuar com esta política de descentralização.”-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado nenhuma intervenção.-----

ORDEM DO DIA:



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.2 – ANÁLISE DO “RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL RESPEITANTE AO 1.º TRIMESTRE DE 2015”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE S. PEDRO DO SUL”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “EXPOSIÇÃO DA TERMALISTUR SOBRE CONSTITUIÇÃO DE PENHOR SOBRE ESTABELECIMENTO”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.6 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – DESIGNAÇÃO DO COORDENADOR DA EQUIPA TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.7 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PROPOSTA DE ADESÃO À AGIMPURA – AGÊNCIA DE IMPULSO REGIONAL”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.8 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014;-----

O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) usando da palavra, começou por elogiar a forma séria de se fazer política nestas sessões, considerando que tanto se faz política como se falam de coisas sérias, exemplificando com a forma séria e sem oposição com que se aprovaram ainda agora os documentos a votação. Depois ressalva que: “o registo com que eu estou nesta Assembleia é diferente daquele com que eu estou quando faço um programa de rádio ou a escrever nos jornais, portanto, eu entendo que aqui tenho que ter um registo de muito maior



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade e, quando coloco aqui as questões, gostaria que o senhor presidente, ou quem o representar, responda sem rodeios às questões que aqui são colocadas.”. E prossegue com o caso da Termalitur e as suas contas, considerando haver no relatório algumas coisas que o preocupam: “o aumento na estrutura de gastos da Termalitur, que provavelmente têm justificação, mas o que é certo é que a estrutura de gastos da Termalitur aumentou; também verifico que a faturação média por aquista reduziu, mas é evidente que isto é compensado com uma maior faturação naquilo que diz respeito ao turismo de bem-estar, que é o SPA e a balneoterapia.”. Depois salienta que essa redução vem um pouco em linha com o que tem sido a evolução a nível nacional: “o turismo de bem-estar tem vindo a substituir aos poucos o termalismo, no entanto é no termalismo que está a grande fonte de receitas da Termalitur.”. Debruça-se seguidamente sobre a dívida acumulada, considerando: “que desceu efetivamente e não vale a pena estarmos aqui a esconder, nunca escondi isso e nunca ninguém escondeu na bancada do PSD, embora hajam muitos mitos à volta disso, mitos urbanos, nunca escondi que há uma redução efetiva à volta da dívida.”. Mas conclui: “Agora, esta redução da dívida, como eu disse na última Assembleia Municipal, é diretamente proporcional ao nível do investimento, que baixou: baixa o investimento e a dívida reduz, é tão óbvio quanto isto.”. Entrevê ainda uma série de condicionalismos para a redução: “Eu receio que isto não é mérito da gestão da Câmara, é fruto dos circunstancialismos que o país vive neste momento: o próprio Estado condiciona o investimento, a Troika veio impor medidas severas para que o investimento seja cortado e igualmente a nível das autarquias, o próprio PAEL também impõe certos circunstancialismos nessa medida... Tudo isso fez com que a dívida reduzisse.”. Afirma que essa redução da dívida já vem de há alguns anos para cá: “desde dois mil e dez que a Câmara Municipal, independentemente de quem lá está, tem vindo a reduzir a dívida, mas é certo que no último ano houve uma redução significativa, fruto exatamente da quebra de investimento, apesar do presidente ter vindo a dizer que está a pagar obras do passado, mas eu não sei que obras estará a pagar por via disso.”. E salienta que, só de dois mil e doze para dois mil e treze, houve uma redução de quase dois milhões de euros de dívida. Depois volta a repetir que existe realmente uma redução da dívida, mas que isso não é apenas mérito da gestão da Câmara, acabando por reconhecer que as pessoas que compõem o executivo municipal são capazes, inteligentes e trabalhadores, havendo muito mérito por parte deles, mas frisa que o empolamento da dívida tem a ver com os circunstancialismos do Estado, da Troika, do PAEL, a falta de fundos disponíveis e algum mérito da Câmara, não o nega. E, falando em fundos disponíveis, pergunta: “Como estamos de fundos disponíveis: existem fundos? Não existem fundos? Será que estamos a antecipar verbas de rendimentos futuros para pagar por exemplo festas?”. E conclui deixando bem claro que não está contra as festas e nem contra os passeios para os idosos. Mais refere: “Se houver antecipação de verbas futuras para fazer obras ainda vá que não vá, agora para festas é que já começa a ser complicado, não é as festas em si.”. Depois passa para outra questão, recorrendo ao relatório e contas, na página dez, onde fala em compromissos futuros assumidos pela Câmara: “o que é isto?”. Destaca que se apresentam valores que vão desde um milhão duzentos e quarenta e seis mil agora em dois mil e quinze, depois que em dois mil e dezassete reduz e para os anos seguintes passa para quase três milhões de euros: “parece-me estranho estar a transferir para outro mandato compromissos futuros, mas isso terá naturalmente uma explicação.”. Em seguida, uma outra questão, que se prende com uma apreciação do Revisor



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oficial de Contas em relação ao IVA da Termalístur: “pretendo saber se existe alguma evolução nesse sentido, o que é que está a ser feito, se há alguma informação adicional que nos possam esclarecer, porque isto é um assunto que nos deve preocupar a todos.”. E termina com o anúncio: “A minha bancada, naturalmente, não vai votar contra as contas, porque isso era pôr em causa quem as fez, mas vamo-nos abster, porque estamos contra o caminho.”. O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, começou por remeter o grosso dos esclarecimentos para o Vereador Pedro Mouro, mas aproveitou o ensejo para lembrar que, apesar de muitos terem considerado que o executivo camarário não seria capaz de fazer obra, o certo é que não só fez obra como conseguiu abater quatro milhões de euros à dívida. E mais acrescenta: “se for em dívida consolidada é diferente, porque a dívida consolidada tem uma forma contabilística diferente.”. Congratula o senhor deputado municipal por reconhecer que a Câmara Municipal reduziu a dívida, mas refere que o facto não se deve apenas à conjuntura, porque é sabido que as Câmaras Municipais circunvizinhas não abateram a dívida que S. Pedro do Sul abateu. E termina considerando que a redução da dívida se deve sim à boa gestão do executivo camarário e não à conjuntura nacional, uma vez que têm conseguido abater dívida ao mesmo tempo que fazem obra. Depois, sobre os fundos disponíveis, o senhor presidente da Câmara Municipal refere que já respondeu a essa questão, no momento em que se abordou a aquisição da sinalética para Santa Cruz da Trapa: “só para janeiro do ano que vem haverá fundos disponíveis.”. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço, responsável pelo pelouro das finanças, abordou as restantes respostas e considerações, começando por se referir ao ponto nº 1 do relatório e contas, que é a informação financeira, dizendo que: “se repararem no valor da informação financeira e se compararem com os dados de trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, a dívida continua a decrescer, portanto é um processo que ainda não parou.”. Depois continua a tecer mais algumas considerações em relação à dívida, esclarecendo que a redução da dívida se deve a vários fatores: “é verdade que há muitos municípios aqui à volta que não reduziram o que nós reduzimos, mas o que é substancial e que vocês não referiram, não sei se de propósito, é que há investimentos que foram feitos à custa de valores do quadro comunitário, onde a Câmara só tinha que pagar quinze por cento, e há outros que são feitos à nossa responsabilidade, porque nós apanhamos aqui um período entre quadros comunitários de apoio; e só agora é que começam a haver candidaturas para o novo quadro comunitário de apoio, que já devia ter começado a um de janeiro de dois mil e catorze e nós estamos já a metade de dois mil e quinze. Mas mesmo assim nós temos muito investimento. E, para mim, tanto é investimento a compra de um camião como andar a alcatroar uma estrada no meio de um pinhal.”. Sobre outros aspetos mais concretos, a questão dos acordos e os compromissos futuros, o senhor vice-presidente refere lembrar-se que alguns deles vieram a sessão de Assembleia Municipal para serem aprovados: “os acordos plurianuais que alguns dizem respeito a planos de pagamento e eu lembro-me agora de cor, por exemplo, um para pagarmos ao “Planalto Beirão” mais de quinhentos mil euros e que veio aqui à Assembleia Municipal com o respetivo plano, e penso que também um da “Transdev”... Vieram aqui à Assembleia Municipal.”. Em seguida refere que o deputado Mário Almeida usou uma palavra de que não gostou: “não há aqui empolamentos. Nós não fazemos empolamentos e nem é justo para os nossos técnicos, porque não há aqui dados martelados.”. Continua e lembra que o PSD, em dois mil ou dois mil e um, quando chegou à Câmara, sem a Termalístur, porque ainda não existia, encontrou uma dívida



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consolidada de cerca de dez milhões de euros, mas, quando saiu, deixou uma dívida de vinte e seis milhões, comprometendo-se agora o PS a deixar menos. Destaca um aspeto que considera fundamental: “há Câmaras cujos prazos médios de pagamento tem disparado, outras em que tem reduzido, o que, felizmente, é o caso da nossa. E isso é que é um estímulo à economia local. Em dois mil e doze a Câmara demorava em média duzentos e tal dias a pagar, no final de dois mil e treze demorava cento e cinquenta dias e neste momento demoramos setenta e tal dias.”. E acrescentou: “Posso dizer-vos que, para além dos acordos que foram feitos, neste momento temos tudo pago, todas as faturas que entram na Câmara pagas, com data até outubro de dois mil e catorze, exceto os acordos que temos e onde o pagamento é mensal.”. Refere que o pagar melhor é um compromisso da Câmara Municipal: “fazer obra com o dinheiro dos outros qualquer um consegue fazer, nós fazemos com aquilo que tivermos, ou seja, só fazemos obra com fundos disponíveis e com liquidez para honrar os compromissos rapidamente.”. E informa que o executivo ainda anda a regularizar juros de empresas, desde dois mil e nove e dois mil e dez, porque nunca foram pagos: “fizeram a obra, ganharam as eleições com essas obras e agora eu ando a pagar os juros, mais de trezentos mil euros de juros compensatórios que eu tenho lá para pagar a empresas. E eu ando a ver se passa, se prescreve. Fizeram a obra, não pagaram, ganharam as eleições e agora as empresas continuam a cobrar juros. Até juros de transportes que não foram pagos, e não me perguntem quais são os transportes.”. Finalizando, agora acerca das contas da empresa municipal Termalitur, aborda os resultados, as vendas e os serviços prestados, dizendo que foram de 4,4 milhões de euros em dois mil e catorze e de 3,7 em dois mil e treze, portanto esclarece que se verifica um aumento de cerca de setecentos mil euros de proveitos, o que, naturalmente: “se estão a aumentar os proveitos, tenham havido custos a aumentar.”. Mas confirma que é o resultado final e que o resultado é verdadeiramente positivo. Depois, em relação à problemática do IVA da Termalitur, não se quis alargar muito, porque é um processo que está na Assembleia da República e porque há um diploma para discussão, portanto sugere que se aguarde com serenidade. Termina a sua intervenção concluindo que os dados são mais do que positivos e que já têm sido elogiados na comunicação social por esse país fora: “se tivesse acontecido algo do género em todas as Câmaras Municipais, o “Correio da Manhã” não tinha mãos a medir a colocar setas para cima a toda a gente, mas quem apareceu lá foi o nosso presidente com a seta para cima, por isso é que foi um caso sui generis e não foi um caso corriqueiro no país.”. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **19 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), e **16 abstenções** dos deputados municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Pedro Miguel pereira Figueiredo (PSD), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), aprovar a proposta mencionada em título.-----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.3 ao ponto 3.8 tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 14h00, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,